



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Ana Perez Ayres de Mello Pacheco

Adoção hoje: a busca por um novo paradigma

Rio de Janeiro

2008

Ana Perez Ayres de Mello Pacheco

Adoção hoje: a busca por um novo paradigma

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Plastino

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB/C

P116 Pacheco, Ana Perez Ayres de Mello
Adoção hoje: a busca por um novo paradigma / Ana Perez Ayres
de Pacheco. -2008.
92f.

Orientador: Carlos Alberto Plastino.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Adoção – Brasil – Teses. 2. Assistência a menores – Teses. 3.
Crianças adotadas – Teses. 4. Identidade – Teses. 5. Paradigmas
(Ciências sociais) – Teses. I. Plastino, Carlos Alberto. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título

CDU 347.633

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Perez Ayres de Mello Pacheco

Adoção hoje: a busca por um novo paradigma

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 04 de abril de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Plastino (Orientador)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Marisa Schargel Maia
Maternidade Escola - UFRJ

Prof.^a Dra. Fabíola Rohden
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel
Instituto de Psicologia - UERJ

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

À minha filha Marina Perez A.M. Pacheco, fonte do meu afeto e da minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitos anos de vida não só como mãe adotiva, mas como filha, esposa, irmã, terapeuta e aluna também.

Agradeço em primeiro lugar a meus pais. A minha mãe, pela sua “maternagem” carinhosa, que despertou em mim o desejo de também ser mãe. A meu pai, por ter me apresentado aos livros e por ter sempre contribuído de forma valiosa com a minha biblioteca.

Agradeço também a meu irmão, pelos anos de “irmandade parceira” na juventude, que sem dúvida influenciaram na construção do conceito de solidariedade que tenho hoje.

Como aluna e orientanda, quero agradecer imensamente ao Prof. Carlos Alberto Plastino, cujas aulas sobre a teoria de Winnicott, assisti por mais de dois anos, sempre aprendendo muito, não só sobre a teoria, mas principalmente sobre a “arte respeitosa” de ensinar, recebendo e ouvindo a todos de forma afetuosa. Como orientanda, quero agradecer sua escuta, que tanto me ajudou a descobrir minhas próprias idéias, sempre me incentivando a colocar meus pontos de vista sobre o assunto. Quero agradecer seu apoio, carinho e amizade, que espero se prolonguem ainda por muitos anos.

Agradeço também a Marisa S. Maia, por ter me apresentado ao IMS, me recebendo de forma sensível e amistosa, e por sua valiosa contribuição, seja na indicação de bibliografia ou nas críticas ao eixo do meu trabalho. Gratidão que eu espero também ver transformada em amizade duradoura.

À Prof. Fabíola Rohdem, por ter me “aproximado” da antropologia, com a sua valiosa indicação bibliográfica, que se faz presente, de forma evidente neste trabalho.

Aos meus colegas de turma, que, exatamente pela sua diversidade de idéias, em muito ampliaram minha forma de compreender o mundo. Um agradecimento especial a Claudia Pereira e Sabrina Toledo, pelo apoio, troca de idéias e incentivos nos momentos de maior ansiedade.

Agradeço especialmente à minha pequena família, meu marido e minha filha. A Leon Ayres, meu amor, meu companheiro e principalmente meu cúmplice em tantos projetos de vida, agradeço não só a compreensão por tantas horas em que estive

dedicada à minha dissertação, mas principalmente pelo interesse pelo meu trabalho, traduzido em horas de leitura dos meus textos e contribuições sinceras .

E finalmente à minha filha, Marina, amor imenso e infinito, que desde que chegou só contribuiu para o meu crescimento como mãe, como mulher e como cidadã. É por ela e para ela que me dedico diariamente a aprender sobre as diferenças, buscando negociar diferentes pontos de vista, na construção de uma vida em comum, na construção de uma família.

Um agradecimento especial a todos os meus clientes, que ao longo desses anos, me deram o privilégio de dividirem suas questões comigo, me ensinando sempre sobre a complexidade da vida e sobre as diferentes possibilidades de vivê-la.

Feto quer afeto

Fui feito ao acaso
ou fui feito elaborado?
Pensaram no que se passava
ou não passou de sexo
prazer e mais nada?

Não sei ao certo,
mas percebo o que
me cerca.

Com milhões já batalhei.
Meu primeiro obstáculo
ultrapassei.
Mas será que no mundo
lá fora,
consegurei?

De nada sei
além de ser mais um.
Porém não peço muito!
Um abraço, um beijo,
um lar, uma educação,
enfim uma família.

Não julgo sem saber,
até porque sou apenas um "nenê."
Apenas amor peço a você
que está me aguardando
para como filho me ter.

Marina Perez / 2008

RESUMO

PACHECO, Ana Peres Ayres de Mello . *Adoção hoje: a busca por um novo paradigma*. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Este trabalho tem como foco discutir a atual cultura da adoção. O eixo escolhido gira em torno dos conceitos de identidade, família e cultura. O estudo das várias modalidades de adoção ressaltou a importância de se reconhecer a existência de profundas diferenças culturais e econômicas entre as duas famílias, biológica e adotiva, participantes do processo. Este reconhecimento passa pela inclusão da família doadora, desde o início do processo de adoção, caminhando no sentido de uma adoção aberta, onde o contato e as trocas entre as duas famílias estejam, cada vez mais e verdadeiramente, a serviço dos interesses da criança. Este estudo evidenciou também a intrincada relação entre abandono e adoção no Brasil, apontando para as inúmeras frentes de pesquisa que podem surgir a partir daí, no sentido de se entender melhor o problema, em busca de possíveis soluções.

Palavras – chave: Identidade. Família. Diferença. Adoção aberta. Inclusão. cuidado.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the current adoption culture. The axle selected turns around the concepts of identity, family and culture. The study of the several adoption modalities emphasized the importance of knowing the existence of deep cultural and economical differences between both families – the biological and the adoptive families, participants of the process. This acknowledgment passes by the inclusion of the donating family from the very beginning of the adoption process, heading for an open adoption, where the contact and the exchanges between both families are progressively and truly for child's interest. This study also evidenced the complex relation between abandonment and adoption in Brazil, pointing out to several research fronts that may appear therefrom, so as to better understand the problem looking for possible solutions.

Keywords: Identity. Family. Difference. Open adoption. Inclusion. Care.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM LUGAR PARA A FAMÍLIA DOADORA NO PROCESSO DE ADOÇÃO	16
1.1 Identidade e diferença na família adotiva	16
1.2 A família e suas diferentes representações	22
1.3 As famílias doadoras	26
1.4 Conseqüências do preconceito: a rede informal da adoção	29
1.5 Incluindo a mãe doadora	31
1.6 Luto não franqueado	34
2 ADOÇÃO TARDIA E ABANDONO	43
2.1 Crenças e preconceitos e suas representações sociais	47
2.2 O processo de adoção tardia	54
2.3 A importância da preparação dos pais	61
3 O CUIDAR EM DIFERENTES CULTURAS: NOVAS EXPERIÊNCIAS DE ADOÇÃO	66
3.1 Adoção aberta: uma reflexão que se impõe na atualidade	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a discussão acerca da família adotiva ganhou muito espaço na sociedade: ampliaram-se os debates na mídia e nas universidades, em congressos e eventos específicos, assim como cresceram as associações e grupos de apoio à adoção.

O conceito de família como se dando só a partir de laços consangüíneos abriu-se para o reconhecimento e efetivação dos laços afetivos em sua constituição. Se antes, a identidade do filho adotivo tinha como referência a identidade do filho biológico, hoje ela caminha cada vez mais na construção de sua própria singularidade. A partir de um esforço conjunto da sociedade, através de instituições e grupos de apoio à adoção, incansáveis na discussão dos mitos e preconceitos que circundam a questão, e também a partir do crescimento inegável do número de adoções bem sucedidas, a família adotiva vem ganhando visibilidade e identidade própria. As novas configurações familiares trazem consigo também novas possibilidades de adoção. Muito embora ainda seja predominante a busca pela adoção por casais inférteis, casais de meia idade, casais com filhos biológicos, casais homossexuais e pessoas solteiras também têm manifestado a intenção de adotar. A adoção se apresenta, portanto, cada vez mais, como uma outra e real possibilidade de se constituir família trazendo resultados muito satisfatórios para todos os seus integrantes.

Meu interesse pelo tema da adoção se deve, em primeiro lugar, à minha experiência como mãe adotiva, há mais de dezoito anos. Essa experiência, cheia de alegrias e realizações, mas também repleta de dúvidas e incertezas, acabou fazendo com que eu buscase maiores esclarecimentos a respeito, não só como mãe adotiva, quando passei a participar de grupos de apoio à adoção, assim como de vários

ENAPAS (Encontro Nacional de Apoio à Adoção), mas também como profissional, buscando uma especialização em colocação familiar e passando a trabalhar como terapeuta, acompanhando vários casos de adoção em consultório. Essa experiência clínica acompanhando inúmeros casos de adoção, aliada à experiência como integrante, de um grupo de apoio a pais adotivos, o “Café com Adoção”, da Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, me levaram a querer pesquisar e escrever sobre o assunto, buscando sempre novas alternativas que auxiliem os principais envolvidos no caso: os pais e filhos adotivos.

Um ambiente favorável à adoção depende da capacidade dos envolvidos em lidarem com os fatos verdadeiros que permeiam todo o processo. Quando falamos em verdade, estamos nos referindo não só à verdade sobre a condição adotiva da criança, mas também à verdade dos pais diante do fato que os levou a adotar aquela criança. Na experiência com o grupo de apoio aos pais adotivos, cada vez fica mais evidente a importância da preparação psicológica dos candidatos, uma vez que é aí, neste espaço, que questões cruciais ao bom andamento e sucesso do processo de adoção podem ser abordadas e discutidas.

Ao iniciarmos as pesquisas para esta dissertação, era nossa intenção fazer um levantamento bibliográfico sobre o assunto e em seguida nos aprofundarmos na questão da importância da verdade na condução do processo adotivo, no intuito de garantir uma identidade sólida e consistente para a criança envolvida. Mas ao longo desse levantamento, foi ficando claro que a necessidade da verdade envolve não só o fato de se revelar à criança adotiva a sua condição, mas principalmente a possibilidade de se lidar com esta condição de forma cristalina, passando cada vez mais pela inclusão ou adição no processo de adoção, da família biológica e seu contexto histórico e cultural, do que por sua sobreposição ou substituição.

E foi em busca de um conhecimento maior a respeito da cultura das classes populares, de onde vêm a maioria das famílias biológicas, que iniciamos a pesquisa teórica apresentada no primeiro capítulo. Pretendemos articular a discussão de duas pesquisas recentes: uma, da antropóloga Claudia Fonseca (2002), que aborda a dinâmica familiar em grupos populares brasileiros, destacando uma prática de “circulação de crianças”, em famílias urbanas de baixa renda, muito comum em todo Brasil, onde as crianças circulam por várias famílias, sendo criadas por muitas mães; e outra, da psicanalista Maria Antonieta Pisano Motta (2005) que traz, de forma pioneira, a discussão para o outro vértice do triângulo adotivo: o abandono das mães que doam seus filhos, destacando o aspecto “invisível” dessas mães, mulheres excluídas, rejeitadas e abandonadas por um sistema que, apesar de priorizar os laços de sangue, não as apóia nem assiste, no sentido de evitar o rompimento destes laços. Discutiremos o conceito trazido por Motta (2005) de “luto não franqueado”, que é o luto vivido por estas mulheres, luto não reconhecido socialmente.

A partir da construção do perfil identitário dos dois tipos de família, a biológica e a adotiva, passando obrigatoriamente pela discussão dos conceitos de identidade e família, lançamos, neste capítulo, a discussão que vai nortear os outros dois capítulos também que é: a importância para o processo de adoção, de se reconhecer as diferenças culturais existentes entre as duas famílias, reconhecendo a cultura da família adotiva como dominante. Iniciamos também neste capítulo uma discussão sobre o panorama atual das adoções no Brasil, apontando a rede informal de adoção, ou “adoção à brasileira”, como a modalidade de adoção “escolhida” pelas classes populares (famílias doadoras) para lidar com esta sobreposição de culturas.

A importância de se reconhecer e entender a cultura da família biológica, no sentido de incluí-la aumenta ainda mais em se tratando das adoções tardias (adoção

de crianças maiores de 2 anos) ou da adoção de grupos de irmãos, onde a experiência com essa família de origem muitas vezes se encontra viva na memória da criança. Num segundo capítulo, pretendemos discutir as implicações culturais e as psicológicas ou emocionais que envolvem o processo de adoção tardia, destacando o fato de que nesta modalidade, os conceitos de abandono e adoção estão profundamente implicados. Faz-se necessário então, um breve histórico tanto do abandono no Brasil, tendo como pano de fundo uma profunda desigualdade social, quanto do instituto da adoção, passando da discussão da *adoção clássica* para a da *adoção moderna*.

As pesquisas citadas no segundo capítulo apontam para a importância de nos aprofundarmos no estudo dos preconceitos, mitos e crenças que norteiam a atual cultura da adoção. Utilizando a TRS (Teoria das Representações Sociais) como ferramenta teórica, reconhecemos o *sensu comum* como um saber verdadeiro e importante disseminador de crenças e mitos, sendo que o mito dos laços de sangue tem aqui um destaque especial.

O resultado desta discussão e a sua aplicabilidade na preparação dos pais adotivos é o tema consequente. . Em geral este trabalho de preparação é executado pelos técnicos do Judiciário (psicólogos e assistentes sociais), e muitas vezes também por profissionais voluntários,(muitos também são pais adotivos) por inúmeros grupos de apoio à adoção, espalhados pelo país. Em se tratando de adoção tardia, a preparação dos pais é uma etapa fundamental, auxiliando na desmistificação das relações entre pais e filhos adotivos. Na perspectiva de uma nova cultura da adoção, a análise do papel dos agentes sociais, com seus mitos e preconceitos particulares também se faz necessária, uma vez que o bom resultado alcançado num processo de adoção depende em grande parte de como ele se inicia.

No terceiro capítulo, considerando que a cultura atual está fortemente calcada em valores como o individualismo e a competitividade, apontamos para a necessidade de construirmos um novo paradigma do cuidar, que cresça na direção da *inclusão* de novos saberes, ampliando as possibilidades de apreensão do real. A construção de uma sociedade solidária passa pela transformação da relação do homem com a natureza, de uma relação de dominação para uma relação de continuidade e pertencimento.

Discutimos alguns exemplos de adoção em outras culturas, na intenção de adquirirmos mais ferramentas para pensarmos as novas modalidades de adoção que estão em discussão no Brasil hoje, a saber, a adoção por homossexuais e a adoção aberta. O estudo desta última evidencia, mais uma vez, a importância de contextualizarmos culturalmente a discussão, mostrando claramente como cada uma das famílias (biológica e adotiva) tem entendimentos bem distintos da questão, tanto no campo jurídico como no campo afetivo.

Dedicaremos um último capítulo para considerações finais, apresentando propostas e discutindo as já existentes para a construção de um novo paradigma do cuidar, que tem na adoção apenas **um** dos muitos instrumentos possíveis a serem utilizados na luta contra o abandono de crianças e na diminuição das desigualdades sociais.

CAPÍTULO 1

UM LUGAR PARA A FAMÍLIA DOADORA NO PROCESSO DE ADOÇÃO

Existem especificidades do contexto adotivo que exigem uma discussão mais aprofundada: a adoção é diferente da gestação biológica e tem nesta diferença uma peça importante na construção da sua identidade. Ainda existe uma forte tendência cultural no sentido de aproximar estes dois processos, transformando a adoção num processo o mais “natural” possível, ou seja, o mais parecido possível com a gestação biológica. Isto se deve a inúmeros fatores, tais como a clara e evidente valorização dos laços consangüíneos, ainda bastante presente no nosso sistema de valores culturais, onde o filho “verdadeiro” é o filho de sangue. Esta aproximação dos dois processos também costuma trazer bem estar a muitos pais adotivos, que se sentem profundamente estigmatizados pela família e/ou sociedade, por não terem conseguido se reproduzir naturalmente.

Na verdade, a identidade da família adotiva se constrói a partir dessas diferenças (Woodward/2000) e se fortalece sempre que essas diferenças são consideradas e assimiladas. Negar a diferença pode contribuir exatamente para a não consolidação da identidade dessa família.

1.1. Identidade e Diferença na Família adotiva

Para nos aprofundarmos mais nesta discussão, é necessário definir alguns conceitos, a saber: identidade e sua relação com a diferença e também o conceito de família contemporânea, assim como a sua representação na classe média e na classe popular.

A discussão atual em torno do tema da identidade é muito ampla e pretendemos aqui apenas apontar alguns aspectos que nos parecem fundamentais para o aprofundamento e elucidação das questões relativas à adoção.

Em primeiro lugar, é importante alertar para o fato de que os conceitos de identidade e subjetividade muitas vezes se sobrepõem e a nossa escolha por um, ou por outro, vai variar de acordo com o contexto do que estivermos discutindo. O termo subjetividade envolve a compreensão que temos sobre o nosso eu, nossos pensamentos e emoções, conscientes e inconscientes que são repletos de contradições e conflitos. Vivemos nossa subjetividade dentro de um contexto social que tem uma relação direta com a maneira como a expressamos.

“O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões porque nos apegamos a identidades particulares”.(Woodward / 2000, pág 56).

A forma como assimilamos a cultura em que vivemos, ou seja, como absorvemos os valores e significados desta cultura e principalmente a maneira como nos posicionamos diante destes valores constituem a nossa identidade. Neste sentido estarei usando, no momento, o conceito de identidade, como identidade cultural, portanto, algo amplo que envolve os processos subjetivos.

A identidade é relacional, ou seja, ela depende do outro para existir, de algo “fora dela”, daquilo que ela não é. Ela não existe sem a diferença. A identidade se constitui a partir da diferença e do reconhecimento desta; aquilo que sou se dá a partir do que não sou. Identidade e diferença estão numa relação de extrema dependência e são inseparáveis; são mutuamente determinadas. (SILVA/2000:75). Na afirmação do que eu sou, está presente de forma “escondida” o que eu não sou.

A identidade e a diferença são produzidas num contexto de relações culturais e sociais; são criações; são relações de poder que traduzem os desejos dos diferentes grupos sociais na luta pelo acesso privilegiado aos bens sociais. Nas relações da identidade com a diferença estão sempre presentes o incluir e o excluir, quem pertence e quem não pertence.

Dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. Segundo T.T. Silva, deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados.

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças.

“Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.” (SILVA/2000, pág.83).

Segundo a teoria cultural contemporânea, o processo de produção da identidade está sujeito a dois movimentos: a tendência a fixar e estabilizar a identidade e a tendência a subverter e desestabilizar a identidade. A primeira tendência defende a existência de uma identidade que é fixa, “autêntica”, imutável ao longo do tempo, quase que uma essência. Esta tendência tem uma versão baseada na “natureza”, que toma, por exemplo, o corpo da mulher, no sentido biológico, para servir de base para sua identidade sexual. É a concepção que está na base de muitos movimentos feministas que vêem na mulher, pelo fato de ela poder gerar um bebê, uma essência

mais pacifista, protetora e compreensiva. É esta concepção também que embasa as identidades étnicas, a crença que existiria uma essência pura em cada raça, em cada povo e que nas relações de parentesco vai dar muita importância ao sangue e a genética. Esta tendência tem também uma versão baseada na história e no passado. A história é aqui construída ou representada como uma verdade imutável. A identidade está fundamentada aqui na verdade da tradição, no apelo por um passado histórico de um povo que traria de volta sua identidade mais genuína. É a tendência que fundamenta os vários movimentos nacionalistas europeus na atualidade, que se posicionam contrários a migração globalizante.

A segunda tendência por sua vez, que é a que embasa a nossa visão nesta dissertação, vê a identidade como algo fluido e mutante, que varia de acordo com o contexto social em que foi criada e que mesmo dentro deste contexto, varia de acordo com a classe social e o gênero. Para nós, as identidades não são unificadas e dentro de uma mesma identidade, existem diferenciações significativas. A afirmação da identidade nacional, por exemplo, pode omitir diferenças de classe e de gênero que lhe dão uma dimensão interna bastante diversificada e múltipla. A identidade tem sim um passado, mas que ao ser reivindicado é automaticamente reconstruído por aqueles que o reivindicam; ou seja, parte deste passado é sempre “imaginada”. (Hall, S. /1996) Para Stuart Hall, a identidade é sempre fluida e é da ordem do “tornar-se”. A constante migração dos povos na atualidade nos fala exatamente desse caráter móvel e deslizante da identidade. A possibilidade de cruzar fronteiras e de ter uma identidade indefinida, é uma demonstração do caráter artificialmente imposto das identidades fixas.

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social, pois em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente é

inevitável. E dependendo de como cada cultura lida com a diferença podem surgir conflitos, confrontos ou mesmo hostilidades.

Por isso, segundo Silva (2000), é fundamental tratarmos a identidade como uma questão política. É necessário termos sempre em mente que ela é produzida e por isso, também ficarmos atentos aos mecanismos que estão envolvidos, tanto na sua criação, como nas tentativas da sua fixação. Não basta reconhecermos e celebrarmos a identidade, a diferença, a diversidade; é preciso questioná-las, colocar sua estabilidade em cheque.

Mais do que celebrar a diversidade é celebrar a multiplicidade, que funciona como uma máquina de produzir diferenças:

“... deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade (José Luis Pardo, 1996, citado por Silva/2000).”

Como diz Silva, é procurar acolher o outro como outro e o estrangeiro como estrangeiro. A diferença se constitui a partir de valores construídos socialmente e está sempre permeada por relações de poder; ela é sempre valorada como boa ou ruim, normal ou anormal, pela cultura dominante. É ‘por isso, que querendo ou não, estamos implicados na construção de nossas identidades, e tomar consciência disso nos torna capazes de intervir nesse processo. Este aspecto cresce em importância quando o assunto é adoção.

Como diz Schettini (2006), é preciso implicar os pais adotivos na construção de sua identidade e na identidade de seus filhos. É mostrar que o processo da adoção também foi construído historicamente e é passível de mudanças. Segundo Hartman (1993/1994), o instituto da adoção desenvolveu-se a princípio apoiado na negação da diferença entre a parentalidade adotiva e a biológica. E neste sentido a existência da família biológica era um grande complicador. Para que a negação da diferença entre

os dois tipos de parentalidade pudesse de fato se consolidar era necessária a ruptura total entre as duas famílias.

Embora a nova cultura da adoção (ECA/1990) trabalhe cada vez mais no sentido de aceitar a diferença e de integrá-la como constituinte do processo adotivo, na maioria das bibliografias pesquisadas, a família biológica continua “escondida”, ou quase nunca aparece como objeto de estudo. Fica evidente para nós então, que para se estabelecer uma discussão mais aprofundada do tema é necessário situar melhor em que contexto estão se dando as adoções hoje e principalmente caracterizar melhor todos os integrantes deste processo, com destaque para as famílias biológicas, parte fundamental do processo. Quem são essas famílias? Como vivem? Qual sua história? Por que entregam seus filhos em adoção?

1.2. A Família e suas diferentes representações

Antes de nos aprofundarmos na discussão a respeito das famílias envolvidas no processo de adoção, acredito ser importante definirmos melhor também o conceito de família.

A família é uma das instituições sociais mais antigas. Segundo Rocha-Coutinho (2006), é uma unidade dinâmica, composta por indivíduos de sexo, idade, e posição social distintos, com interesses conflitantes, também submetida a um “jogo de poder”, que determina os direitos e deveres de cada membro. A família não pode ser entendida fora de um tempo histórico determinado. Por estar carregada da ideologia da sociedade na qual se encontra, constitui importante ponto de referência para a construção de identidades sociais. As transformações que acontecem na sociedade interferem e alteram a família, que, por ser um fórum crítico, privilegiado de debates sobre os novos hábitos e costumes, questiona a nova ideologia, interferindo e alterando a sociedade também.

Os conceitos de família e identidade acabam se entrelaçando uma vez que é no interior, por dentro das famílias que novas identidades sociais são “moldadas”. Família e identidade são constructos historicamente elaborados. A família assumiu, ao longo da história, uma grande diversidade de formas, nas diferentes sociedades. E em cada sociedade, a família também varia de forma de acordo com a classe ou grupo social em que está inserida, com modelos de organização que podem ou não se sobrepor, dependendo do contexto histórico..

Para o enriquecimento da discussão que pretendemos travar nesta dissertação é interessante acompanharmos primeiro, de forma bem superficial, alguns aspectos

da evolução da família no Brasil, pois existem valores que compõem a família conjugal contemporânea que têm suas bases na família dos tempos da colônia.

No Brasil colonial, o primeiro modelo de grande importância, foi o da família patriarcal. Embora ele não tenha sido o único modelo de família a vigorar na época, foi o modelo dominante. Na família patriarcal, os interesses econômicos dominavam todos os tipos de relação, e o pai, visando os interesses do grupo, decidia absolutamente tudo para todos seus membros: desde o grau de instrução, profissão, escolhas afetivas e sexuais, até e principalmente os casamentos (Costa, J.F./1979). As relações afetivas entre pais e filhos não eram tão próximas, as crianças eram criadas pelas amas de leite e era com elas também que trocavam carinhos e brincadeiras. As moradias da época expressavam bem essa falta de privacidade, com poucas divisões entre os cômodos, muita sujeira e desconforto, móveis improvisados evidenciando o pouco tempo dispensado pela família dentro de casa.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, várias mudanças se operaram dentro da família. Em primeiro lugar importou-se o modelo de família vigente já há algum tempo na Europa, a família burguesa. A partir deste período a figura da mulher começa a ganhar seu destaque, assumindo um alto grau de importância para o grupo, no papel de mãe. Aqui começa a ficar clara a importância desta retrospectiva histórica não só para a discussão do conceito de família, mas também e principalmente para o conceito de identidade feminina. É só a partir da família burguesa que valores até hoje defendidos como “naturais” da “essência” da mulher começam a ganhar forma e força.

Um dos grandes responsáveis por estas enormes mudanças na organização familiar, foi o movimento higienista, liderado por médicos sanitaristas nos meados do século XIX.

“Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época... Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar os gostos pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais... A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificava também sua feição social... A família higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa.” (Costa/1997).

Foi também a educação higienista que criou o corpo saudável, representante de uma classe (a burguesia) e de uma raça (a branca), que tanto contribuiu para incentivar o racismo e o preconceito contra todos os que, ou por diferenças étnicas ou marginalização sócio-econômica não se encaixavam no perfil.

Foi o discurso médico higienista que redefiniu os papéis na dinâmica familiar e trouxe novos significados aos vínculos entre homens e mulheres, adultos e crianças. (Costa /1979). Data daí o nascimento da família nuclear burguesa no Brasil, importada da Europa e com as adaptações necessárias à nossa realidade, onde o homem funcionava como o grande provedor, e a mulher como esposa dedicada e responsável pelo bom funcionamento da casa, e mãe amantíssima, responsável pelos cuidados e pela educação dos filhos. A partir daí, o espaço social ocupado pela mulher burguesa passa a ser predominantemente o espaço da casa, e sua identidade de mulher quase que se funde com a de mãe. É interessante observarmos a solidez desse modelo de organização familiar, que até hoje, apesar

das inúmeras transformações sofridas pela família ao longo das últimas décadas, se faz presente em várias camadas sociais da família brasileira, em especial, nas camadas mais populares, dando suporte aos novos papéis desempenhados por seus membros na contemporaneidade.

Com a família conjugal moderna, fundada no casamento por amor, com a livre escolha do cônjuge, houve uma reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento. A partir do século XX, o individualismo, valor central da ideologia moderna, marcou e “modernizou” essa família burguesa. A tradição, que antes estabelecia valores e padrões de vida relativamente fixos para os indivíduos, foi totalmente abalada pela imensa “pluralidade de estilos de vida”, que começaram a surgir a partir das assim chamadas “escolhas pessoais” (Rocha-Coutinho/2006). Claro que essas “escolhas” estão totalmente condicionadas às oportunidades de vida de cada indivíduo.

Na família contemporânea de classe média brasileira algumas mudanças significativas se fazem notar, não só nos papéis exercidos pelo homem e pela mulher, mas também nas relações entre pais e filhos.

“A obediência e o respeito cego e hierárquico aos mais velhos começam a ser substituídos pelo diálogo e pelo respeito baseado no amor.” (Rocha-Coutinho/2006:94).

É sempre importante lembrar que este processo de modernização não se dá da mesma forma nas camadas médias do interior do país, ou mesmo em alguns subúrbios das grandes cidades. O processo de modernização não é linear, e cada grupo social concreto é sempre atravessado pelos discursos sociais e construções ideológicas vigentes no meio cultural mais amplo no qual esse grupo se insere.

Hoje em dia, fala-se muito em crise da instituição família. Mas segundo alguns pesquisadores e estudiosos da família na atualidade, entre eles Maria Luiza Heilborn, o que se vê, não é o:

“... enfraquecimento da instituição família, mas o surgimento de novos modelos familiares, derivados de novos fenômenos sociais e, sobretudo, das transformações de gênero, que se exprimem através do maior controle de natalidade, da inserção intensiva da mulher no mercado de trabalho e das mudanças ocorridas na esfera da sexualidade: perda de valor da virgindade feminina; alongamento da vida sexual, ampliação do leque de práticas sexuais aceitáveis. Tudo isso configura o papel central que a sexualidade ocupa na construção de si e o esteio das relações conjugais na contemporaneidade”. (HEILBORN / 2004).

No entanto, em pesquisa recente, realizada por Salem (2004) com homens de classe popular, no interior de São Paulo, ficou demonstrada a permanência, neste grupo social, de concepções do sexo e dos gêneros aparentemente intocadas pelo processo de modernização dos costumes. Esta discussão nos interessa em particular, pois vai nos dar subsídios para respondermos questões que ficaram em aberto no início deste capítulo, a respeito de quem seriam as famílias doadoras de crianças para adoção, como pensam, e com que valores se identificam.

1.3. As Famílias Doadoras

Salem (2004) pode constatar que, para os homens da classe popular, muito mais do que para os homens de classe média, existe uma diferença radical entre as sexualidades masculina e feminina, apoiada na “natureza” de cada sexo: o homem tem mais necessidade de sexo do que a mulher, em termos de frequência e

urgência; o homem tem uma vontade incontrolável que se não for descarregada, “pode levar à loucura”, enquanto a mulher é mais controlada, tem a *cabeça fria*; para os homens, o sexo tem um fim em si mesmo e está dissociado do vínculo afetivo, enquanto para as mulheres o vínculo afetivo vem em primeiro lugar e o sexo como complemento ou até mesmo como barganha, para conseguirem o que querem. Com relação à contracepção, a lógica que impera é a do: “nós trepamos, elas engravidam” (Salem/2004:35) e a preocupação com o risco de uma gravidez varia conforme o vínculo estabelecido com a mulher. Com a fixa, a “de casa,” há mais envolvimento do que com as “outras”; de qualquer forma cabe muito mais à mulher se preocupar com os métodos contraceptivos. Com relação ao aborto, com as outras, ou “as da rua”, o problema é delas: “... nem sei se o filho é meu...”; com a fixa, a de casa, a opção pelo aborto já exige mais reflexão: filho também é sinônimo de virilidade. O maior envolvimento do homem com a parceira fixa se traduz por uma prática muito comum: a compra do anticoncepcional feminino pelo homem, uma “contradádiva” material que o homem dá à mulher, em troca dos seus “favores sexuais”. (Salem/2004:38). Esta é a parte que cabe a ele na contracepção, pois o controle quem tem é a mulher e, portanto, quem “faz o filho” é ela. Por sua vez, as mulheres também usam a possível gravidez como uma “arma” para tentar prender seus homens. Mas de qualquer forma, o filho é uma responsabilidade muito mais da mulher do que do homem. Quanto ao “respeito”, entendido como tolerância quanto à recusa sexual por parte das mulheres, as de casa merecem mais do que as da rua; estas últimas são vistas como desvinculadas de teias familiares, não estando submetidas, nem ao seu controle, nem à sua proteção. A gravidez, neste caso, é problema só delas! Falta-lhes legitimidade moral e social para reter e compromissar esses homens.

Sem dúvida, estes são dados que podem fazer parte do contexto que envolve a entrega de um filho em adoção. Mas a situação é bem mais complexa! É claro que muitas mulheres, ao se perceberem grávidas, sozinhas, sem recursos e sem apoio emocional, nem da família, nem do parceiro, podem e muitas vezes acabam entregando seu filho em adoção. Mas estes são casos que poderíamos chamar até de “bem sucedidos”.

Freqüentemente assistimos pela televisão ou lemos em jornais notícias sobre crianças abandonadas na porta de igrejas, na porta de estranhos, no metrô, nos bancos de praça ou até mesmo no lixo. Com a ajuda da mídia sensacionalista, todos se sentem escandalizados com o fato e prontos a julgar essas mulheres que abandonam seus filhos desta maneira. Rapidamente aparecem muitos candidatos para adotar essas crianças, e mais uma vez com a ajuda da mídia, tudo parece resolvido, num final feliz para todos. Até o próximo caso!

Segundo Maria Antonietta Pisano Motta (2006),

“Podemos não encontrar “justificativas” para tais atos extremos tomados por essas mulheres, mas somos capazes de compreendê-los quando examinamos a realidade mais de perto.” (Motta/2006:18)

E é esta realidade que Pisano Motta nos traz, de forma contundente, em sua pesquisa com essas mulheres que abandonam seus filhos e que são completamente esquecidas por uma sociedade, que está longe de poder lidar, quanto mais entender pessoas e fatos que ousam romper, ou são levados a romper com os ideais identitários, maciçamente impostos pela ideologia dominante.

Para entender a fundo esta questão é preciso que possamos pensar de forma mais aberta, fluida e menos preconceituosa com relação aos valores estabelecidos a

cerca da maternidade. É entender que a nossa cultura, embora se esforce muito para escamotear e esconder essa realidade, é responsável e formadora de identidades bem diversas daquelas que ela mesma preconiza como ideais. Como profissionais que trabalham com o tema da adoção, não podemos e não devemos negar existência a essas mulheres. O trabalho profilático no processo de adoção tem de começar exatamente com a inclusão delas no circuito.

Pisano Motta (2005) deixa claro que, trabalhar em prol da adoção é lutar por políticas públicas que se proponham a cuidar das famílias desassistidas, para que estas não se desfaçam de suas crianças quando não quiserem, ou que tenham para onde encaminhá-las, caso não possam ou de fato *não queiram ficar com elas*. Mas para isso é necessário que possamos admitir que os motivos que levam uma mãe a entregar um filho, possam não ser de ordem econômica. É preciso que procuremos os fatos socioculturais que possam estar implicados ali.

1.4. Conseqüências do preconceito: a rede informal da adoção

Uma mentalidade mais livre de preconceitos pode poupar uma série de sofrimentos, tanto para as mães, como principalmente para as crianças, como por exemplo o de crianças institucionalizadas por toda sua infância, por estarem ali “esquecidas” por suas mães, que por vergonha, culpa ou medo, não abrem mão do pátrio poder e não as entregam em adoção; ou então, por mães que permanecem com seus filhos, sem de fato desejar fazê-lo, e depois engrossam as fileiras daquelas que maltratam seus filhos, que os ignoram, contribuindo para o aumento de crianças abandonadas nas ruas. Mas para nós, uma das mais graves conseqüências da mentalidade preconceituosa é a contribuição que ela traz para uma rede informal de adoção, onde quem mais fica exposta e vulnerável é a criança.

Na rede informal, também conhecida como *adoção à brasileira*, bebês são entregues diretamente, por suas mães, a famílias substitutas que os registram imediatamente como filhos biológicos. A partir daí, está instaurada uma rede sem fim de mentiras, que para serem sustentadas afastam cada vez mais a criança de uma parte importante de sua história, prejudicando a construção sadia de sua identidade.

Entendendo melhor como funciona esta rede: por um lado , temos as mães biológicas, que como já vimos, em sua grande maioria são mulheres desassistidas e desamparadas, não só economicamente, mas principalmente emocionalmente, repletas de culpa, vergonha e medo; por outro lado, temos um judiciário lento e preconceituoso, que segundo Motta (2005), carece enormemente de uniformidade em seus procedimentos, o que acarreta uma verdadeira “corrida” para as Varas onde o juiz é sabidamente favorável à adoção consensual e a tentativa de evitação das Varas onde o juiz condena e critica a decisão da mãe em entregar seu filho, contribuindo para que esta o faça informalmente; e por último, temos os pais adotivos , que cansados da longa espera nas filas, acabam aceitando e buscando a adoção informal, (adoção à brasileira), sem se darem conta de que, pelo fato de muitas vezes ficarem à espera somente de um neném recém-nascido contribuem também para esta morosidade; uma vez que , são exatamente estes bebês em sua grande maioria, que não chegam às Varas e são entregues “diretamente”, na rede informal.

Outro fator que contribui para a morosidade do judiciário é aquele já assinalado acima: mesmo quando os pais adotivos desejam adotar crianças maiores deparam-se com outro problema: embora existam mais de 32.000 (Vargas/2005) crianças vivendo em abrigos atualmente, a sua grande maioria não está disponível para adoção, pois

os pais , ou a mãe , não quiseram ou não puderam abrir mão do poder familiar, por todas as questões que já discutimos acima.

As conseqüências desta rede informal podem ser muito sérias e sofridas, principalmente para a criança, uma vez que neste tipo de adoção, os pais adotivos não passam pelo período preparatório exigido nos juizados, e apesar de bem intencionados, podem não estar aptos para exercer a função; nestes casos, a criança pode ficar exposta a um ambiente inseguro e não vai ter seus direitos garantidos , contando apenas com a própria sorte. Além disso, existem os casos de arrependimento da mãe biológica, onde, exatamente por ela não ter sido adequadamente acompanhada na sua decisão de doar a criança, após a adoção, quer seu filho de volta, gerando disputas dolorosas para todos e principalmente para a criança que, muitas vezes, já desenvolveu uma vinculação com os pais adotivos. Uma das garantias da adoção legal é exatamente o fato de ela ser irrevogável. (Eca/1990)

1.5. Incluindo a mãe doadora

Incluir a mãe doadora no processo de adoção é se responsabilizar socialmente também por esta realidade, é dar visibilidade a fatos e pessoas que muitos gostariam de fingir que não existem.

Em primeiro lugar é necessária uma pequena explicação do porquê do uso do termo *entrega* e não *abandono*. Segundo Motta, *abandono* e *adoção* são termos que aparecem entrelaçados há muito nas pesquisas e trabalhos científicos, sendo que o primeiro carregado de um tom pejorativo. Para a autora, a palavra abandono já reflete um preconceito para com a mãe doadora. Como a partir de suas pesquisas, ela pode

constatar que são inúmeros os fatores que levam uma mãe a tomar esta decisão, sendo um deles *amor* e não *descaso*, a autora sugere a troca do termo abandono por *entrega*:

“*passar às mãos ou à posse de alguém*, acreditando que a escolha dos conceitos utilizados tem por traz todo um modo de compreensão e entendimento sobre o assunto.”(Motta/2005: 42).

Segundo a autora, chamar *qualquer* entrega de abandono é uma tentativa de neutralizar aquilo que pode ter de revolucionário para a ideologia dominante na nossa cultura, no que tange ao conceito de maternidade.

Abandono e maternidade são conceitos que precisam sempre ser contextualizados e ao longo da história, cada sociedade tem o modelo de mãe que melhor se adequa à manutenção da sua cultura. Nos séculos XVI e XVII por exemplo, várias mulheres tentavam se livrar de seus filhos, tidos fora de um casamento, de qualquer maneira, numa intrincada relação entre ilegitimidade, abandono e infanticídio. (Mc Laughin/1991-citado por Motta). No Brasil colônia, no Império, o filho ilegítimo também se transformou num problema e datam desta época termos como “exposto” ou “enjeitado”, referidos, em geral, às crianças abandonadas na “Roda dos Expostos” e recolhidas pela Santa Casa da Misericórdia. Esta foi uma das formas de auxílio prestada pelo governo da época, na tentativa de regular possíveis desvios familiares que redundassem em filhos ilegítimos. Como nos conta Motta (2005), a mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita à condenação moral. Já as negras e mestiças não estavam sujeitas ao mesmo controle, e um filho ilegítimo não as desonrava tal como às brancas. Temos aí também, mais um exemplo de não homogeneidade da identidade feminina. A Roda

serviu para preservar a mulher branca da opinião pública hostil, que muitas vezes não lhe deixava alternativa a não ser a de livrar-se do filho.

O universo feminino precisa sempre ser entendido dentro do seu contexto histórico, político, cultural e psicológico. Na sociedade atual, as mulheres ainda cultivam o ideal de ser mãe e a cultura tradicional ainda apresenta a maternidade como a realização indispensável da feminilidade. As mulheres que recusam, de alguma forma, este “destino biológico” e social, são consideradas “anormais”. (Motta/2005).

Cabe aqui, portanto, algumas palavras sobre o “mito do amor materno”. Os mitos são fundamentais para a sobrevivência dos indivíduos, estruturação e sobrevivência dos grupos, dando-lhes coesão. (Serrurier/1992). Muitos mitos surgem também para atender a interesses econômicos e sociais de uma determinada época e são influenciados pelas políticas de gênero vigentes. O mito do amor materno ou da “boa mãe” é fundamental para a constituição e manutenção do sistema familiar das sociedades ocidentais. Concordamos com Motta quando afirma que *não se trata de negar a existência do amor materno, mas sim de questionar sua universalização como algo inato e constituinte de todas as mulheres normais*. E segue a autora dizendo que parir um filho e levá-lo ao seio pode até fazer parte de um saber filogenético; mas a decisão e a forma de criá-lo estão atravessadas sempre por inúmeras variáveis psíquicas e sociais. Além disso, cuidar não é necessariamente um atributo só da mulher. Fazem parte também da *função* materna a proteção e educação da prole.

A presença e o reconhecimento da existência da mãe biológica nos obrigam a contextualizar a adoção e atribuir-lhe, tal como se apresentam hoje como instituição

no Brasil, aspectos de acomodação da sociedade, que finge não ver a dor e a miséria econômica e emocional de muitos de seus integrantes. Admitir a dor e o luto dessas mulheres seria como ameaçar o “encanto” que se supõe necessário à sobrevivência da adoção, uma aura mágica de solução ideal onde todos (?) sairiam ganhando. Motta (2001) nos mostra, pelo contrário, aspectos bastante sombrios do luto efetuado por essas mulheres: é um luto sem corpo, pois a maioria das vezes a mãe não sabe do paradeiro de seu filho; é uma situação em alguns aspectos semelhante a dos que perderam os filhos nas guerras ou nas lutas revolucionárias contra as ditaduras na América Latina; só que no primeiro caso, as mães são vistas como mães de heróis por todos na sociedade; no segundo caso, apenas por uma parcela da sociedade; no caso das mães que entregam seus filhos, o luto dessas mulheres é um luto não autorizado socialmente.

1.6. Luto não franqueado

Segundo Doka (1989), luto não franqueado é aquele que a pessoa experimenta quando ocorre uma perda que não é ou não pode ser abertamente conhecida, publicamente lamentada ou socialmente apoiada. A pessoa não tem reconhecidos socialmente o direito, o papel e a capacidade de enlutar-se.

Acreditamos que esse aspecto merece um olhar um pouco mais aprofundado, pois seus resultados tem trazido graves conseqüências para as mulheres e crianças envolvidas, assim como tem contribuído para a perpetuação do processo de abandono de uma forma mais geral.

A entrega de um filho em adoção, em geral é um processo traumático para a mãe. Entendemos por trauma, algo que excede à nossa capacidade de dar significado, de entender. Trauma de guerra. Algo que nosso aparelho psíquico não tem instrumentos para codificar. Algo que vai muito além do que podemos suportar e que nos pega de surpresa

Para algumas mulheres, engravidar pode ser traumático, pelo inesperado, pelo grau de responsabilidade que estar grávida envolve e, principalmente, pelo contexto em que esta gravidez está acontecendo (para muitas, falta apoio do companheiro ou da família, faltam recursos econômicos, falta maturidade emocional, falta desejo, etc.).

Marisa Maia (2002) nos aponta pra a necessidade de diferenciarmos o trauma subjetivante do desubjetivante. O primeiro, como todo trauma, provoca uma desordem psíquica; mas essa desordem consegue ser elaborada, uma vez que encontra uma rede de códigos comuns com o mundo. Na tentativa de se expressar o sofrimento provocado pelo trauma, o sujeito encontra uma “escuta” do meio, que o acolhe , entende e suporta. Por exemplo, uma mulher que perde o marido em um acidente de carro, pode encontrar toda uma rede de afetos, todo um ritual, tal como o velório, o enterro, as visitas de pêsames, que acolhe e dá suporte à sua dor. Essa dor tem um lugar dentro do sujeito e fora dele também, no social. Tudo isso permite uma sintonia entre dentro e fora do sujeito que, mesmo sendo triste, dá sentido e direção ao que o indivíduo está vivendo, permite que ele se dedique por inteiro, todas as suas energias voltadas para o luto e elaboração da perda.

Já o trauma desubjetivante, é um abalo fortíssimo, que também produz uma desordem psíquica enorme, só que não encontra uma rede afetiva externa que o

acolha e ajude a significar; isto porque, ou o meio também não possui recursos para suportá-lo, como nos casos dos traumas de guerra, onde a intensidade do sofrido é tamanha que ultrapassa a possibilidade de entendimento e significação, vai além do que é possível ser transposto em palavras; ou porque simplesmente o meio não o reconhece como trauma, não o legitima. É o caso das mulheres que entregam seus filhos em adoção e não podem fazer o luto deste ato, que é o que Pisano Motta chama de “luto não franqueado”, quando a sociedade não legitima e reconhece a perda, além de ver essas mulheres como “mães desnaturadas”. Essas mulheres não vão ter nem o respaldo, nem o acolhimento do social e, portanto terão de lidar sozinhas com essa dor, ou pior, não lidar com esta dor, negá-la.

“Quando a dor atinge o limiar do insuportável ocorre um sentimento de ruptura do eu”. (Maia/2002 pág.147).

A dor psíquica corresponde ao sentimento de desagregação de si, se aproximando da vivência de morte. O eu simplesmente cede diante do choque traumático, entrando em “comoção psíquica”, um desarranjo psíquico que não pode ser superado. O meio tem um papel muito importante neste momento. No momento em que não reconhece o sofrimento, a negação da dor paralisa o pensamento e o segredo e o silêncio tomam conta da cena psíquica do sujeito.

O trauma desubjetivante se dá em dois níveis que se complementam: o primeiro diz respeito à desordem psíquica que advém aos fatos traumáticos ocorridos; o segundo diz respeito ao desmentido, ao fato da experiência traumática não ser acolhida, não poder ser compartilhada, a negação por parte do meio sobre o ocorrido. A consequência disso é que se rompe aqui uma via de comunicação e troca de sentidos que eram compartilhados com o meio, rompe-se a rede de confiança e de afetos, às vezes de forma definitiva. O silêncio imposto à experiência

impede a sua elaboração, permanecendo muitas vezes como um “buraco negro”, pleno em força de atração, tomando o corpo do sujeito. (Maia/2004).

Como na maioria das vezes, essas mulheres se encontram em total isolamento, na ausência completa de outros indivíduos também afetados com quem compartilhar os sentimentos de perda e dor, o segredo, muitas vezes acompanhado da própria negação do fato, parece oferecer a única chance de retorno a um papel “normal” na sociedade.

A mãe que entrega seu filho está totalmente vulnerável. Segundo a definição das Diretrizes Internacionais de Ciências Médicas,

“... pessoas vulneráveis são pessoas relativa ou absolutamente incapazes de proteger seus próprios interesses. Uma das características desse tipo de pessoas é uma certa indefinição do estatuto de sua cidadania, como se estes indivíduos estivessem momentaneamente excluídos do estado de direito, vivendo numa zona de indeterminação, onde sua liberdade e sua vida tivessem perdido o valor.” (ARAN/PEIXOTO JUNIOR).

Entre os grupos de pessoas consideradas vulneráveis estão os sem teto, os refugiados políticos, os desempregados, os prisioneiros de guerra, os membros de comunidades sem conhecimento acerca das práticas da ciência moderna, as crianças em geral e principalmente as de rua, e aqui eu incluiria as mães que doam seus filhos, entre muitos outros. A desvalorização daqueles que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade é profunda e suas vidas passam a ser vidas de menor valor.

Sem dúvida as mulheres que entregam seus filhos geram problemas de várias ordens: éticas, institucionais e socioculturais. A separação mãe/filho provoca

angústias pois nos remete a dogmas, como o do amor materno, e também a questões emocionais pessoais e profundas, uma vez que somos todos filhos e muitos, pais também. Entendemos que apelar aos dogmas é uma tentativa de encontrar respostas rápidas que nos livrem da ansiedade gerada pelo tema; mas é preciso enxergar o problema como sendo bem mais amplo e complexo, um problema de difícil solução. Temos que estar preparados para efeitos bastante desastrosos, caso o descaso com essas mães se perpetue, caso suas necessidades não sejam atendidas, caso as separações entre mães e filhos continuem se dando sem nenhum acompanhamento de profissionais de saúde especialmente preparados para a função. Trata-se da perpetuação de um ciclo transgeracional do abandono.

E as mudanças precisam começar pelo movimento do cuidar. É preciso entender que cuidar dos direitos da criança é cuidar da mãe biológica; entender que quando uma mãe recebe apoio para pensar a sua decisão, com o tempo e a profundidade necessários para fazer uma boa escolha, é a criança que recebe de imediato os benefícios de uma solução mais sólida e segura para ela. Muito se afirma a respeito da necessidade do estabelecimento de vínculos e de laços afetivos duradouros para o desenvolvimento sadio da personalidade da criança. Mas se não cuidarmos da mãe,

“a apologia dos cuidados à criança não passará de palavras e ações que se limitarão a remediar estragos que poderiam ter sido evitados.”
(Motta/2001: 27).

Aprofundando a questão da importância de pensarmos num outro movimento do cuidar, um movimento que além de incluir a mãe ou a família doadora também reconheça e legitime sua cultura, gostaríamos de mencionar a pesquisa de Cláudia Fonseca (2002) acerca da circulação de crianças nas classes populares do Brasil.

Esta pesquisa nos fala de uma outra forma de constituição familiar aonde as crianças, em suas idas e vindas entre um lar e outro, são criadas por várias mães, que podem ou não ser parentes consangüíneos de sua mãe biológica, mas que por conta disso, acabam estruturando uma relação de parentesco entre si. As razões para esta circulação são inúmeras e vamos citar apenas algumas: uma mulher dá sua terceira filha pra sua irmã mais nova criar, pois esta acabou de ter seu segundo aborto espontâneo; uma criança vai com sua mãe fazer uma visita a uma amiga distante e acaba ficando uma temporada morando com esta última, para dar alegria ao casal que não tem filhos; uma mulher, viúva recente entrega seu filho mais novo pra sogra criar, uma vez que seu marido era filho único. Fonseca aponta para o fato dessas crianças falarem com muita tranqüilidade sobre suas idas e vindas entre um lar e outro, mostrando que não é porque não são queridas que elas circulam; pelo contrário, é porque são muito queridas e representam e corporificam a idéia de família como um valor.

Segundo Fonseca, existe todo um sistema simbólico que se sobrepõe às influências da ideologia dominante, (aqui no caso, uma noção de família diferente da família tradicional das classes mais abastadas), que confere sentido a todo este vai e vem de filhos. E ressalta que não se trata então de um “problema” social, mas sim de um processo social, argumentando que nem todas as formas de organização das classes desfavorecidas, são fruto de “faltas” ou carências, mas sim de diferentes influências e experiências culturais. Diferentemente do que muitos profissionais e leigos pensam, o circular de crianças não tem o sentido de abandono e pode significar um vínculo muito sólido e contínuo de assistência e atenção.

Esta realidade aponta para a importância de pensarmos de forma mais aberta, menos preconceituosa em relação à cultura à qual pertencem muitas das crianças disponíveis para adoção. Pois existe uma tendência muito forte da parte, não só dos pais adotivos, mas também dos técnicos do judiciário, em olhar para cultura das classes menos favorecidas, sempre como sendo uma cultura mais desorganizada.

Acreditamos ser de fundamental importância para todos que lidam com este tema pensar essa cultura como sendo de uma outra ordem e não uma desordem! Assim como a adoção, que é uma outra forma de constituir uma família, e não uma forma menor. Se não tivermos esta compreensão, corremos o risco de problematizar onde não há problema e deixar de encarar os problemas reais que envolvem o tema da adoção.

Adotar, ser pai e mãe, construir um ambiente que permita que um outro ser humano se desenvolva plenamente, faz parte de um movimento bem mais amplo do cuidar, que não necessariamente se expressa mediante um único modelo de família. O que é necessário e fundamental neste movimento de cuidar são certos tipos de vínculo, que por se constituírem dentro de um ambiente de confiança e de presença constante, permitem que um ser humano se desenvolva e cresça. São funções, que se desempenhadas com interesse, amor e dedicação, propiciam vida. Há que se pensar mais aberto com urgência, se quisermos de fato cuidar das nossas crianças; é preciso estender até elas um movimento de amparo e acolhimento, onde certos “detalhes” como o sexo, a cor, a cultura de quem as cuida não tem o valor nem a importância que se quer fazer acreditar.

E neste sentido, vimos que cuidar das crianças passa por cuidar das mães em primeiro lugar. A pesquisa de Pisano Motta (2005) nos mostrou como é preciso que

pensemos também a questão da maternidade de forma menos preconcebida e estereotipada. É preciso que os profissionais de saúde mental também possam rever seus conceitos sempre, no sentido de continuarem estudando e se aprofundando no mundo imenso e variado da formação de subjetividades, abertos para um novo imaginário social sempre. Ao valorizarmos excessivamente o papel da mãe, enaltecendo exageradamente esta função na mulher, podemos estar fechando outras possibilidades de acolhimento, outros circuitos capazes de fazer fluir a vida, de renová-la. E com isso, não estamos diminuindo em nada a importância da família como espaço ideal pra que uma criança cresça e se desenvolva. Estamos apenas nos propondo a repensar este conceito, admitindo outras e variadas formas de constituição do mesmo.

Lutar por uma nova cultura da adoção é não ter medo de adotar também novos paradigmas, reaproveitando o que já foi feito até aqui, com pequenos ajustes, para que possamos seguir em frente. Não se trata aqui de negar o que foi produzido até agora; mais uma vez, trata-se muito mais de agregar do que substituir; quanto maior for o número de idéias e de profissionais que se proponham a olhar para o campo da adoção, todos terão a ganhar.

É poder caminhar no sentido de uma alteridade, ou seja, fazer o esforço de sair de nosso próprio sistema simbólico e tentar penetrar no sistema do outro. (Fonseca/2002, pág.19).

E aí, o que vamos encontrar, não são formas de família necessariamente mais ou menos evoluídas e sim, um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, fruto da imensa capacidade criativa dos humanos em inventarem formas culturais de acordo com o contexto em que vivem.

Fonseca deixa clara sua posição e seu conceito de cultura, quando afirma, como antropóloga, não trabalhar com a definição de “essência” humana, no sentido daquilo que é “natural” no homem. Prefere trabalhar com o conceito de “normal”, referido às normas postuladas pelo grupo social e não pela “natureza”. Para ela,

“o que é inerente ao ser humano e que todos os povos tem em comum é a fabricação de um universo simbólico, que atribui significados aos elementos da existência e que dota a vida de um sentido. Mas o conteúdo específico destes significados assume um número quase infinito de formas”. (Fonseca, pág, 22).

Uma importante contribuição da antropologia para esta discussão é a possibilidade de “herdarmos” um pouco o “estranhamento” do método, a desconfiança diante de receitas fixas que procuram explicar a vida, sempre a partir dos mesmos “óculos”. E é com essas lentes que pretendemos passar a discutir a importância da adoção tardia no Brasil e na cultura da adoção, como um todo.

CAPÍTULO 2

ADOÇÃO TARDIA E ABANDONO

Quando falamos em adoção tardia, estamos abordando um tema ainda pouquíssimo estudado e difundido, não só para leigos mas também para aqueles que trabalham dentro do campo da adoção. Trata-se da adoção de crianças maiores de 2 anos de idade, de adolescentes, e de grupos de irmãos também. (Vargas/1998) Estamos falando de crianças consideradas “inadotáveis” por não serem mais recém-nascidas, estas sim, alvo do interesse e do desejo da maioria dos casais que pensam em adoção.

Falar em adoção tardia nos obriga a falar de abandono. Consideramos, no capítulo anterior, que com relação à entrega de um filho em adoção, nem sempre se aplicava a palavra abandono. Mas em se tratando de adoção tardia, os termos abandono e adoção estão profundamente implicados. Entendemos abandono aqui como:

“a perda do direito da criança de viver no seio de uma família que a ame, reconheça, eduque e proteja, direito este postulado universalmente”. (Vargas/2006:17).

Segundo CAMARGO (2005), o abandono de crianças sempre existiu na sociedade humana. São inúmeros os relatos ao longo da história das civilizações de crianças deixadas às portas de famílias ricas, igrejas e conventos. Esta prática foi assumida pelas famílias dos séculos XVII, XVIII e XIX, estendendo-se até à atualidade. A Santa Casa da Misericórdia, através da Roda dos Expostos, mecanismo pelo qual a mãe podia entregar seu filho sem ser identificada, oficializou e

institucionalizou o abandono no Brasil. Com o surgimento dos orfanatos e asilos para crianças as rodas aos poucos foram sendo extintas.

Mas foi a partir do séc.XX, que o Estado inaugura, sob a égide de um novo paradigma de cuidado com a infância, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e, em diversos estados do território nacional, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). (CAMARGO/2005).

Ao longo dos anos, a realidade dentro dessas instituições-abrigo foi se tornando cada vez mais degradante para as crianças e adolescentes internados. Este modelo estatal de assistência à infância em situação de risco estabelecido pelo regime pós 64, constitui ainda hoje um fator de reprodução da criminalidade vitimizando crianças e adolescentes, órfãos e abandonados que ficaram sob a tutela do Estado. (Vargas/2006).

Desde a época do Brasil colônia, existem ações referentes à prática da adoção no país. No entanto, as práticas referentes à adoção sempre atenderam aos interesses daqueles que não podiam gerar biologicamente seus próprios filhos, em detrimento dos interesses das crianças e adolescentes disponíveis para adoção.

A adoção surgiu então também como mais um dispositivo, entre outros, criado para tentar gerenciar o problema do abandono.

“Enquanto práticas, podemos então afirmar que adoção e abandono coexistem porque uma sustenta a outra.” (CAMARGO/2005.).

Segundo Weber, em 1993, eram mais de 32 milhões de crianças e adolescentes de até 17 anos que viviam uma realidade miserável, com péssimas condições de moradia, saúde e educação. A solução buscada por muitos pais foi a

internação dos filhos em instituições na tentativa de assegurar minimamente a alimentação e moradia dos mesmos. A maioria das crianças mais velhas internadas hoje, portanto, não são órfãs e sim “esquecidas” por seus pais nos orfanatos, (este assunto será aprofundado no próximo capítulo), o que torna a destituição do poder familiar um processo longo e complicado, sendo este mais um dificultador para os casos de adoção.

A realidade destas crianças institucionalizadas é complicada, pois ao perderem totalmente o contato com seus pais perdem também a liberdade, sem terem cometido nenhum delito. São apenas crianças pobres numa sociedade como a nossa. (Vargas/2006: 18).

Repensar a cultura da adoção é, sobretudo repensar uma sociedade, que através de suas políticas sócio-econômicas, gera uma imensa desigualdade social, onde milhões de crianças crescem dentro da mais profunda miséria, engrossando as fileiras de marginalizados e excluídos. Estas crianças só têm como alternativa, ou as instituições e abrigos, ou as ruas. Se a cultura da adoção entra aqui apenas para atender aos interesses daqueles que não podem ter filhos e que geralmente procuram bebês recém-nascidos para satisfazerem seus desejos de maternidade e paternidade, acaba sendo cúmplice da exclusão de muitos (crianças maiores de dois anos, adolescentes e grupos de irmãos). Este modelo de adoção clássica é o que ainda se vê atuante na cultura da adoção no Brasil. Os motivos que levam casais a adotar, na maioria das vezes, estão vinculados à sua satisfação e não à satisfação da criança prioritariamente.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei 8.069/90, trouxe um avanço significativo na concepção de assistência à criança brasileira e foi um marco na

historia da adoção no Brasil, representando a transição do modelo da “adoção clássica”, que visa atender aos interesses dos pais, para a “adoção moderna” que privilegia a criança no sentido de garantir-lhe o direito de crescer e ser educada no seio de uma família (WEBER, 2001). O Estatuto traz avanços fundamentais quando passa a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direito; como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento; e de prioridade absoluta.

A partir do ECA , surge uma questão interessante: temos vigorando concomitantemente no Brasil, de um lado, uma legislação que "teoricamente" se coloca a serviço da criança e do adolescente e, de outro lado, uma cultura que os marginaliza e exclui.(Camargo/2005) . O trabalho por uma nova cultura da adoção precisa se dar em duas frentes: uma que lute por uma sociedade mais justa e menos desigual e que portanto combata o abandono, e outra que transforme os valores que permeiam a adoção hoje, em prol da adoção tardia.

Trabalhar no incentivo da adoção tardia junto aos candidatos a pais adotivos e à sociedade em geral,também pode se dar de várias formas . Uma delas é entender melhor o funcionamento da cultura atual, seus mitos e preconceitos ,criando sempre novos espaços para abri-los em discussão, além de ampliar os já existentes. Os grupos de apoio à adoção, por exemplo, são um espaço privilegiado neste sentido,onde a troca de experiências entre casais que já adotaram e casais que pretendem adotar permite a estes últimos um contato mais próximo com a realidade de vários casos de adoção. Esta experiência tem operado mudanças muito significativas nos candidatos, contribuindo principalmente para a desmistificação de certas crenças, medos e preconceitos, que vem funcionando como obstáculo no processo de adoção , principalmente no processo de adoção tardia

Uma recente pesquisa, realizada por Almeida (2003), citado por Camargo, em cidades do interior paulista consideradas de porte médio (Bauru e Marília) aponta para uma seqüência de dados importantes.. No ano de 2001, dos 133 casais e famílias cadastrados como postulantes à adoção nas duas comarcas, 118 deles colocaram como condição para a realização da adoção o fato da criança ser branca, ou seja, 82,72% do total; somente 9 casais e famílias, o que equivale a 6,72% do total, aceitaram adotar crianças pardas ou negras; 5 casais e famílias cadastradas manifestaram-se indiferentes em relação à cor e etnia das crianças (3,76% do total cadastrado). Estes números deixam claro porque as crianças pardas ou negras permanecem muito mais tempo nas instituições, quando chegam a ser adotadas.

2.1. Crenças e preconceitos e suas representações sociais

Os mitos que constituem a atual cultura da adoção no Brasil apresentam-se como fortes obstáculos à realização de adoções de crianças mais velhas e adolescentes. Para entender melhor como estes preconceitos funcionam dentro da cultura da adoção, achamos interessante introduzir alguns conceitos da Teoria das Representações sociais (TRS) de Moscovici (1961), citada por Camargo.

Segundo a TRS, os valores culturais de uma sociedade emergem enquanto representações sociais através do “senso comum”, e se difundem em idéias e mitos que alimentam e contribuem para a manutenção do imaginário social.

“As representações sociais fazem parte da vida diária das pessoas e da sociedade. Elas carregam a força do pensamento dos indivíduos que, inseridos no contexto social, experienciam os sabores e

dissabores do cotidiano, cuja característica principal consiste na rítmica produção de sentidos”.(Camargo/2005:137).

Os sujeitos e a sociedade constroem a realidade numa estreita parceria. Os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural, etc. por um lado, e por outro, a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos. São inúmeras as definições possíveis do que sejam as representações sociais, vindas dos mais diferentes campos do saber. Escolhemos uma que nos pareceu destacar um aspecto importante para a nossa discussão:

“As representações sociais constituem uma espécie de fotossíntese cognitiva: metabolizam a luz que o mundo joga sobre nós sob a forma de novidades que nos iluminam (ou ofuscam) transformando-a em energia. Esta se incorpora ao nosso pensar/perceber este mundo, e a devolvemos a ele como entendimento mas também como juízos, definições, classificações. Como na planta, esta energia nos colore, nos singulariza diante dos demais. Como na planta, ela significa intensas trocas e mecanismos complexos que, constituindo eles mesmos um ciclo, contribuem para o ciclo da renovação da vida. [...] minha convicção [é] que nesta química reside uma possibilidade de descoberta da pedra filosofal para o trabalho de construção de novas sensibilidades ao meio ambiente. Ou seja, é nela que residem nossas chances de transformar ou, quando menos, de entender as dificuldades para a transformação do pensamento social.” (Arruda, no prelo).

O que nos parece importante nesta sistematização, e de grande relevância para o tema da adoção, é uma reabilitação do senso comum, do saber popular, do conhecimento do cotidiano. É sabido que o conhecimento a cerca da adoção em termos de produção acadêmica ainda é escasso e que muito do saber a respeito do assunto ainda circula assim, na forma de representações sociais do senso comum,

dentro dos grupos de apoio , nas novelas de tv, filmes e revistas não científicas. Mas nem por isso é um saber menor. A TRS vem nos mostrar justamente a importância deste tipo de saber para a construção de uma cultura.

- . “Os preconceitos geradores dos mitos, que geram a cultura, são continuamente disseminados e vão assim retroalimentando crenças, valores, medos, expectativas e fantasias negativas acerca da adoção. Os filmes , novelas, desenhos animados e a literatura são veículos de transmissão de mitos e estes, como explicou Abbagnano (1992), tornam-se mais do que uma forma de narrar a história ou de apresentar um fato, pois representam um modo de pensar individual e coletivo, com igual ou semelhante valor que a realidade.” Pág.100.

Fica claro então, que se queremos lutar por mudanças nesta cultura atual da adoção, é exatamente nestes espaços de difusão e formação de opinião que precisamos atuar também

As representações sociais acerca da adoção refletem aquilo que foi apreendido de um conjunto de saberes, advindos tanto do meio científico (teorias psicológicas, antropológicas e do direito) quanto do senso comum. Não é nossa intenção nem pretensão, no presente trabalho, analisar todas as representações sociais acerca da adoção. Mas achamos interessante mencionar alguns mitos e crenças que envolvem a adoção tardia e tentar mostrar como o entrelaçamento entre eles vai construindo uma poderosa rede de sentidos. É exatamente esta rede “invisível” que interfere diretamente no processo de adoção, trazendo muitas vezes grandes dificuldades para pais e filhos adotivos e também para a relação destes com a sociedade.

O material que será analisado a seguir é oriundo não só das pesquisas mencionadas até agora (Weber/2001, Camargo/2005, Vargas/2006) como também das minhas experiências em grupos de apoio a adoção, ou simplesmente do meu dia a dia como mãe adotiva, nas conversas em clubes e pracinhas.

A primeira representação social que acreditamos ser importante abordar e que circula em muitas rodas sociais, diz respeito a um “clima” místico que envolve a adoção. Frequentemente ela aparece como um ato de bondade ou caridade suprema, que estaria garantindo de imediato, àqueles que a praticam, a entrada no “reino dos céus”; também é vista como um “carma” (a lei da causalidade moral aceita em seitas esotéricas e religiões espíritas ocidentais), algo já pré-determinado, “destino de almas”.

Os mitos e crenças têm também como finalidade manter coeso um grupo, dar solidez a uma cultura. É através de resoluções míticas que muitos conflitos culturais são de certa forma “acomodados”, ou seja, encontram seu lugar na cultura. A adoção é algo que foge ao “natural” da cultura ocidental moderna, fincada na tradição da família consangüínea. A adoção, com uma aura mística, tem seu lugar nesta cultura; a adoção, apenas como uma outra forma de constituir família, talvez ainda não tenha.

A tradição e a força da fé nos “laços de sangue”, ou do “poder do sangue” como herança genética também estão por traz de muitas representações sociais acerca da adoção, e embora atinjam a todas as crianças adotivas, tem seu lugar de destaque na adoção tardia. Uma delas é a de que por mais amor e educação que se dê a um filho adotivo, ele sempre poderá apresentar traços de caráter (em geral, desagradáveis)

decorrentes de sua herança genética, que dificultariam o estabelecimento de verdadeiros vínculos afetivos com os pais adotivos. Camargo (2005) aponta para dois ditados populares que evidenciam bem esta crença: “pau que nasce torto, morre torto” ou “é de pequeno que se torce o pepino”. Sob esta ótica, uma criança adotada jamais seria de fato um membro da família adotante.

Neste sentido, é grande a contribuição da antropologia (Lèvi-Strauss/1982), que apresenta o parentesco como um fato social em contraste com o modo tradicional de concebê-lo como natural (consangüíneo). Mesmo sem referir-se às adoções, Lévi-Strauss contribui para que se compreenda esta modalidade de constituição familiar, legitimando a formação dos vínculos de parentesco a partir de vínculos sociais e afetivos.(Camargo/2005).

A crença na força do sangue em detrimento da força do amor tem um terreno fértil para se desenvolver também junto aos casais estéreis, que não conseguiram elaborar a sua infertilidade. Em geral aqui encontramos uma associação de representações sociais acerca da fertilidade no homem (“fazer um filho é sinal de virilidade”) e na mulher (“ser mãe é a realização da essência feminina”), que unidas à crença nos laços de sangue revestem a adoção de fragilidades e inseguranças. A descrença num vínculo forte e verdadeiro entre pais e filhos adotivos está por traz de outro mito importante dentro do campo da adoção: o mito da revelação da origem para a criança. Para muitos pais, o medo de ser rejeitado pela criança futuramente impõe a omissão da verdade, na tentativa de uma dupla proteção: os pais acreditam estar protegendo a criança da notícia do seu abandono, e se protegendo do futuro abandono da criança, quando esta partir em busca dos seus “verdadeiros” pais.

Já a tentativa de proteger a criança de sua história de abandono revela outra representação social muito importante sobre a criança adotiva: por traz da crença de que o abandono é “insuperável”, temos uma criança frágil, que sempre será mais carente e por isso necessitará de uma dose maior de afeto e proteção. É a representação da criança adotiva estigmatizada, eternamente marcada, traumatizada, que encontra respaldo também em muitas teorias da psicologia e da psicanálise.

Não é nossa intenção contestar essas teorias (Spitz/1998; Winnicott/1999; Bowlby/200) que apontam para os danos que a privação materna provoca na formação da subjetividade da criança; é incorporar as contribuições que elas trazem, na construção de ferramentas para lidar com os problemas que podem advir da adoção tardia; é entender que estas teorias, por estarem circunscritas a um determinado campo do saber, acrescentam possibilidades e não determinam “verdades absolutas” sobre o assunto. Não se trata mais uma vez de negar uma parte da história, mas sim de agregá-la, fazendo os necessários ajustes que a ocasião exige.

Estas teorias vêm sendo continuamente revistas e atualizadas. Segundo Levinzon (2004), apoiada por pesquisas e conclusões de Winnicott (1953), as crianças adotadas tardiamente apresentam a capacidade de se recuperar das privações físicas, emocionais e sociais, quando lhes é oferecida uma família carinhosa e adequada e um tempo real e não ideal; um tempo que leve em consideração a elaboração necessária de vínculos anteriores e não a negação dos mesmos; um tempo que suporte o processo, às vezes, lento de estabelecimento de um vínculo de confiança verdadeiro.

. É importante lembrar também, que embora o processo de constituição do sujeito tenha fortes alicerces na primeira infância , vai recebendo inúmeras influências enquanto cresce,vai se modificando e superando suas próprias limitações, realizando a síntese de um vasto conjunto de variáveis: quem foram seus pais, a qualidade de seus vínculos afetivos; de seu processo de individuação, aprendizagem e participação nos projetos micro e macro-sociais; de seus desejos, sonhos, ideologias, utopias, etc... E, se formos capazes de nos despir de certos preconceitos perceberemos que existem “traumas”, tão grandes ou maiores até, vividos por crianças geradas e criadas em suas famílias de origem (anos de espancamento ou de abuso sexual por parte de parentes próximos) que também afetam, deixam marcas profundas que podem ser superados. Somos seres em constante mutação, sempre.

A idealização no processo adotivo, compreendendo aí não só a idealização da criança, mas também a idealização dos pais torna tudo mais difícil para todos. Os pais adotivos freqüentemente se cobram uma paternidade “melhor” ou “maior” do que os pais biológicos. De fato, eles não precisam amar mais; precisam sim, ter a possibilidade de amar e se colocar sinceramente, aceitando os fatos pertencentes ao processo adotivo como eles realmente são. Muitas crianças, por exemplo, que cresceram em abrigos, costumam sentir falta dos mesmos, dos amigos que lá ficaram; outras, por terem tido sempre uma relação mais “coletiva” com a maternagem, sem nenhuma relação de exclusividade com as cuidadoras, não conseguem corresponder às expectativas idealizadas dos pais adotivos, não “valorizam” da forma esperada por eles, aquela relação tão direta de amor entre pais e filhos. Se os pais puderem entender e aguardar com calma e afeto que a criança ultrapasse esse momento, abrindo mão da fantasia do filho ideal, existem grandes possibilidades de tudo dar certo. A adoção tem suas particularidades, principalmente no início do processo; mas

depois, uma vez estabelecido um vínculo de confiança verdadeiro, a relação entre pais e filhos adotivos é como qualquer relação entre pais e filhos.

. As dificuldades existem sim e os candidatos não devem se esquivar de uma reflexão prévia que os prepare para o processo. Segundo Camargo (2005) grande parte das adoções tardias que não dão certo, tem em geral, o maior dificultador nos pais e não nos filhos adotivos, ou seja, são aquelas adoções cujas motivações centraram-se mais na possibilidade de satisfação dos desejos dos pais adotivos do que das necessidades da criança adotada.

2.2. O processo de adoção tardia

A partir do momento que nos debruçamos um pouco mais sobre os mitos e crenças do senso comum e também sobre alguns ditados populares, toda uma rede intrincada de valores vem à tona, evidenciando uma cultura que ainda lida com enorme dificuldade, de forma bastante preconceituosa e rígida com tudo aquilo que foge ao padrão de comportamento da ideologia dominante, aquilo que não se encaixa nos padrões de “normalidade”.

Mas apesar disso, as adoções tardias vem acontecendo e os resultados disso vêm sendo apurados e interpretados. Acreditamos ser necessária uma pesquisa mais aprofundada, no campo da psicologia, sobre as especificidades da subjetividade da criança institucionalizada. Como a criança institucionalizada brasileira constrói sua identidade, que forças positivas e/ou negativas influenciam nesse processo? Não é nosso objetivo, no presente trabalho, nos aprofundarmos neste tema. Pretendemos apenas mencionar algumas pesquisas em andamento no Brasil que já nos trazem

informações importantes, principalmente para auxiliar na desmistificação das relações entre pais e filhos na adoção tardia.

A pesquisa de M.M. Vargas (Vargas/2006/site na Internet) apresenta conclusões bastante interessantes. Realizada recentemente em São Paulo, no juizado de Campinas, acompanhou o processo de adoção tardia de crianças, com famílias triadas pelo serviço técnico do juizado e convidadas a participarem, voluntariamente como sujeitos de pesquisa.

É importante ressaltar que para a autora o conceito de adoção tardia não se limita à idade (crianças maiores do que 3 anos), mas designa principalmente a criança que já consegue se perceber diferenciada do outro e do mundo, ou seja, a criança que não é mais um bebê, que tem uma certa independência do adulto para satisfação de suas necessidades básicas. Esse nível de desenvolvimento pode ainda não ter sido alcançado por crianças maiores, dependendo do tempo que estiveram internadas em instituições, ou da qualidade dessas internações. Pode acontecer que crianças com dois, três anos ainda não apresentem comportamentos compatíveis com a sua faixa etária, ou seja, não andem sozinhas, não falem ou ainda usem fraldas. Para a autora, a adaptação destas crianças não apresentará características típicas de uma adoção tardia, como as fases de comportamentos agressivos ou regressivos, pelas quais passam a maioria das crianças adotadas.

A autora aponta para alguns pontos fundamentais que precisam ser avaliados e cuidados, tanto na criança, como nos adotantes que pretendem constituir uma nova família. A começar pelo processo de aproximação da criança com a família: é preciso que não só os pais queiram adotá-la, mas que ela também deseje adotá-los como

pais; a criança precisa manifestar claramente a sua vontade e ser ativa no processo de aceitação desses pais. A adoção é sempre uma via de mão dupla.

Nesse processo, é fundamental a atitude do adotante. É preciso que os pais neste momento consigam conter suas ansiedades, deixando a criança livre pra fazer a sua escolha, como por exemplo, escolher só o pai, ou só a mãe como via de acesso inicial ao casal. Neste início a criança precisa se sentir aceita por inteiro, com seu jeito, seus modos e maneiras de se comportar; para sentir a segurança de que é querida. Segundo a autora, isso nem sempre acontece nas primeiras semanas ou meses de convivência. A angústia dos pais, ante a incerteza de ser aceito pelo filho, que ainda resiste a lhe chamar de pai/mãe, muitas vezes, pode ser o passo inicial para as dificuldades de adaptação da criança numa família. É sempre importante lembrar que a prioridade máxima neste momento é a da criança; é ela o pólo mais vulnerável nesta história.

Se neste momento esta família está sendo acompanhada por profissionais especializados, a aproximação paulatina entre a criança e a família também pode ser trabalhada no sentido de operar o ajuste necessário entre a criança idealizada e a criança que está ali para ser adotada, que já tem traços bem definidos, além de uma história e de hábitos adquiridos em relações anteriores. A criança também precisa adaptar-se aos novos modelos de pais “reais” que ela vai ter daqui pra frente, abrindo mão da fantasia de uma família adotiva super idealizada e muitas vezes reforçada pela instituição onde estava abrigada.

Um dado importante para o estabelecimento de novos vínculos entre pais e filhos adotivos é saber como se deu a separação da criança da mãe ou família biológica. Uma ruptura traumática aponta para uma maior vulnerabilidade da criança e para a

necessidade de um tempo maior de adaptação num novo ambiente. Quanto mais perdas a criança tenha sofrido, mais frágil poderá ser a sua capacidade de confiar no outro, elemento básico para o estabelecimento de relações afetivas.

. Crianças que foram devolvidas após um período de convivência, para fins de adoção em outra família, podem ter maior resistência para confiar na aceitação da nova família. Muitas vezes elas necessitam testar o amor, a compreensão e a paciência dos adotantes, rejeitando manifestações de carinho, agredindo para testar os limites dos pais adotivos, rejeitando a vinculação afetiva para se protegerem de mais um abandono.

Vargas (2006) aponta para um certo “padrão de comportamento”, um ciclo de atitudes que se repetem com uma certa frequência nas adoções tardias. Passado o primeiro momento de convivência entre pais e filhos adotivos, que por conta da pouca intimidade costuma ser mais “civilizado”, ou melhor, assim que a criança se assegura um pouco mais que de fato estão interessados nela, surgem alguns comportamentos regressivos, não esperados pelos pais, tais como falar como neném, querer mamar na mãe, pedir mamadeira “na brincadeira”, assim como fazer xixi na cama ou nas calças. Logo após a fase de encantamento, podem surgir comportamentos agressivos, atitudes hostis de birra e manha, se jogar no chão, sujar a casa toda, não atender às ordens, não querer contato físico, o que exige muita flexibilidade dos pais e ao mesmo tempo firmeza para suportar os ataques retaliadores que na maioria das vezes são dirigidos às figuras que os abandonaram e não aos pais adotivos. Podem ocorrer situações onde a criança rejeita a mãe adotiva procurando mais o pai, exatamente como retaliação à mãe biológica por quem foi abandonada. Muitas vezes, o pai

adotivo é um vínculo novo, despoluído de afetos antigos, pois a criança nunca esteve em contato com o pai biológico, apenas em fantasia.

Segundo Vargas, a evolução das condutas regressivas das crianças depende muito da capacidade dos pais de exercerem a “maternagem.” É importante se distinguir aqui o conceito de maternidade, fato exclusivamente biológico que diz respeito à procriação, do conceito de maternagem, forjada no universo relacional/interacional entre mãe e filho e diz respeito ao âmbito sócio afetivo de criação dos filhos (social). A maternagem na adoção tardia difere daquela que se faz com o bebê recém nascido, procurando satisfazer quase que todas suas necessidades. A maternagem na adoção tardia requer a presença, o estar disponível, sem se antecipar a nada, é uma maternagem aberta aos pedidos mais inusitados. Neste aspecto, é importante salientar aos pais adotivos que buscam crianças já maiores, buscando fugir da maternagem inicial, que isto pode não acontecer exatamente desta forma. Isto é fundamental para que se evitem desencontros e frustrações de ambas as partes.

Na experiência relatada por Vargas, uma vez ultrapassada e elaborada esta fase inicial é muito comum uma recuperação rápida do desenvolvimento global da criança, num ritmo bastante acelerado se comparado aos padrões normais. É fato constatado pelos pediatras nas consultas de acompanhamento, um ritmo acima da média quando a criança alcança na nova família a satisfação de suas necessidades. Ela pode reconstruir sua trajetória e rapidamente evolui para estágios posteriores. A maioria das famílias acompanhadas por Vargas salientaram a importância de um acompanhamento por um longo tempo, tendo cada uma as suas especificidades. A “crise” que se instala na família adotiva após a adoção tardia, se bem manejada por

profissionais capacitados pode na verdade, funcionar como uma alavanca para o crescimento de todos os membros da família. Experiências como a de Vargas, mostram que para a criança, a importância de ter uma família que a ame e proteja pode fazê-la superar barreiras que pareciam intransponíveis.

Outro fator que interfere diretamente na qualidade da adaptação da criança ao novo ambiente diz respeito ao tempo e às condições em que a mesma ficou abrigada. Principalmente porque existem abrigos e abrigos! Infelizmente muitos continuam funcionando como depósitos de crianças, que isoladas do mundo, vivem num ambiente bastante pobre em estimulação essencial para o desenvolvimento normal de suas potencialidades. Por isso, quanto maior for a qualidade do acolhimento do abrigo, quanto maiores forem os vínculos existentes entre as crianças e aqueles que cuidam delas, maiores são as chances dessa criança se sentir pertencente a um grupo, o que facilita a sua entrada em uma nova família.

O que é fundamental para a criança na adoção tardia e que tem efeito restaurador para suas experiências de rejeição /abandono, é poder participar de um grupo que desempenha todas as funções de proteção e atenção às necessidades básicas de seus membros, é mais do que pertencer a uma estrutura; é pertencer a ela com um lugar bem demarcado, contribuinte responsável também pela sua manutenção.

Acreditar que o filho adotivo pode se adaptar à família e a família a ele, numa vivência individual e coletiva, saudável e feliz, é avançar no processo de compreensão e aceitação da prática da adoção. Afinal, por que são necessárias tantas garantias de que o processo de vinculação entre pais e filhos adotivos se dará com sucesso e para todo sempre, se essas garantias também não existem nas relações entre pais e filhos

biológicos? Também nas famílias biológicas há que se cuidar o tempo todo da qualidade na transmissão do afeto, para que ela aconteça de modo espontâneo, criativo, autêntico e sincero e não como recurso de dominação e contenção do outro. Também na família biológica, assim como em qualquer grupo, os limites necessários à convivência humana precisam ser bem colocados, respeitando a liberdade de todos.

A atuação da atual cultura da adoção tem dificultado os processos de adoção em seus mais diferentes estágios, ou seja, desde o processo de discernimento e decisão do casal/família postulante à adoção até o processo de construção dos vínculos que produzirão os tão almejados laços de família. Neste sentido, a tarefa dos assim chamados “profissionais da adoção” (psicólogos, assistentes sociais, advogados, promotores de justiça, juízes, etc.) exige no seu exercício diário, um cuidado muito grande e uma atenção redobrada para não reproduzir os mitos e preconceitos existentes e sim, trabalhar no sentido das suas desconstruções, desbiologizando o paradigma de constituição familiar.

Camargo (2005) aponta outras frentes de intervenção fundamentais na busca por mudanças na cultura da adoção que são: o incentivo e a luta por políticas públicas em favor das crianças e adolescentes em situação de risco (abandono ou conflito com a lei), pois é preciso atuar em função da diminuição do abandono; é preciso um novo olhar para as políticas de atenção à mulher e de atenção à família, assim como para as instituições de acolhimento à criança ainda em vigor, para que o cuidado com as crianças e adolescentes brasileiros torne-se mais humano do que estigmatizador, mais ético e estético do que “maquiador” de uma realidade; e finalmente, pelo inaugurar de políticas públicas voltadas para as famílias sem filhos, de modo que estas, devidamente acompanhadas, orientadas e informadas, encontrem na legislação

brasileira e nas instituições que a defendem, lugares em que possam vislumbrar a possibilidade de tornarem real o desejado exercício da maternidade e da paternidade, por via da adoção.

2.3. A importância da preparação dos pais

Para que esta preparação alcance de fato seus objetivos, é necessário preparar também e cada vez melhor os profissionais que lidam com os adotantes, no sentido de que estes também possam trabalhar seus próprios preconceitos diante do tema. Só assim serão capazes de disponibilizar um espaço para a escuta sensível e, ao mesmo tempo, sensata dos candidatos a pais. Afinal, a finalidade da preparação do casal adotante é principalmente ajudá-los a descobrirem suas reais motivações e desejos, disponibilizando recursos de compreensão e elaboração de sua demanda, no mais profundo respeito. Pois, se por um lado, isto é percebido como importante e necessário para o bem estar, a segurança e a proteção do binômio família-criança, por outro lado, esse penetrar nas motivações, sonhos e relações interpessoais dos adotantes pode provocar um sentimento de vulnerabilidade, despertando o medo de serem julgados, atacados ou feridos em sua intimidade. É importante destacar que essas famílias apresentam-se, no momento do pedido por uma adoção, preocupadas, com medo, ansiosas e temendo falhar e, portanto, vulneráveis. Em outras palavras, cada casal ou candidato a adoção também precisa de acolhimento, ou seja, também precisa ser cuidado.

A maioria dos estudos atuais sobre o processo da adoção aponta para a importância desta preparação, entendida como um espaço para que o casal possa

elaborar previamente uma série de questões pessoais que atravessam e interferem no processo. Assim como o filho adotivo traz na bagagem, muitas vezes, um casal genitor e uma pré-história, o casal adotante traz consigo uma série de expectativas, desejos conscientes e inconscientes, acerca deste filho e de sua própria capacidade de exercer a paternidade.

Segundo Schettini (2006), a maioria dos casais inférteis que partem para a adoção precisam elaborar a desilusão diante da sua esterilidade biológica para poderem se abrir para uma parentalidade afetiva e acolherem um filho nascido de outros. A adoção aqui tem dupla finalidade : permitir à criança crescer numa família e possibilitar aos pais o exercício da paternidade.

Muito embora a infertilidade do casal ainda conste como uma das causas predominantes da busca por adoção, a cada dia surgem novas e diferentes motivações. Para citar apenas algumas: o desejo de ter um filho em casais que já passaram da idade onde isto é biologicamente possível, o desejo de ser pais por homens e mulheres que não possuem parceiros, o desejo de terem filhos por casais homossexuais, impulsos altruístas, o medo da solidão na velhice e o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade.

Atualmente a maioria dos estudos (sobre isto pesquisar Levinson/2004 e Hamad/2002) enfatiza a importância que o casal investigue a posição de cada cônjuge diante do projeto de adoção, pois apesar de o casal afirmar que quer o filho de igual forma é inevitável que cada parceiro tenha seus desejos e fantasias em relação à criança que é esperada.

Sem dúvida a demanda por filhos é diferente no homem e na mulher. Pesquisas recentes (Vargas/ 2005) realizadas com casais em busca de tratamento para a infertilidade confirmam que o lugar do filho no imaginário de cada parceiro está sim determinado pelos valores que a cultura dominante atual reserva para o feminino e para o masculino. Portanto, no caso de casais com problemas de infertilidade que desejam adotar, a elaboração dessa infertilidade vai exigir de cada parceiro um processo diferente, de acordo com a singularidade dos seus desejos e com a carga de stress emocional implicada no processo de cada um. Vargas (2005) aponta para o fato dos casais inférteis se sentirem discriminados socialmente por não poderem gerar filhos, sentindo-se diferentes daqueles que o conseguem. A adoção pode aparecer para alguns como uma resposta às pressões sociais e familiares e por isso, muitas vezes se apresenta envolta num clima de segredo e sigilo, pois de outra forma não cumpriria exatamente sua função no imaginário do casal. Neste caso, a adoção não é percebida e experimentada em suas especificidades, funcionando meio que como um "tapa buraco" do casal, ou como um método de solução para a infertilidade. Entendemos no entanto, que apenas parte do luto pela infertilidade pode se dar no processo preparatório; estamos nos referindo aqui àquele aspecto que coloca os pais diante da impossibilidade de gerar biologicamente o próprio filho. Mas sabemos também que alguns resquícios deste luto permanecem guardados e vão sendo elaborados à medida que a criança cresce e ganha identidade e vai apresentando características físicas ou emocionais que podem apontar para a família de origem .

“Nada existe em termos pessoais sem que antes tenha sido um sonho. É difícil, senão impossível, organizar o processo de objetivar uma realidade sem incluir na base desse processo a fantasia. Apresentado como antagônico à realidade, o sonho é no entanto a sua origem.”(Schettini/2004 - Pág. 13).

E neste sentido, todo filho é antes de tudo um sonho! Com isso, estamos afirmando que assim como a fantasia precede a realidade no desenvolvimento do pensar humano, todo filho existe primeiro na fantasia de seus pais. Mas em se tratando de filhos, é preciso que tenhamos em conta, como nos diz muito bem Shettini (2004), que os sonhos são meros esboços que terão de ser modificados à medida que o filho cresce e toma sua própria forma. E mais, essa forma final pode inclusive ir de encontro ao sonho inicial. Isso porque um filho é muito mais do que um complemento ; todo filho é antes de tudo um sujeito.

Como vimos, antecipar a realidade por meio da fantasia faz parte do processo de construção dessa realidade. A idealização de um filho tem início então com a primeira idéia a respeito que se apresenta na mente. E pode funcionar como um ninho que acolhe essa criança e a envolve dando-lhe um chão inicial para pisar. Mas, durante o processo de desenvolvimento desse filho, muitas coisas não vão sair exatamente como os pais sonharam para ele. A idealização de um filho pode se tornar então, uma verdadeira agressão para ele, na medida em que não permita que sua individualidade possa ir se manifestando, no decorrer do seu amadurecimento.

"As tentativas de fazer do filho a objetivação do nosso ideal podem atrofiar uma vida, produzindo desequilíbrio entre a sua realidade interna e a expressão de seu comportamento na relação com o mundo e com a vida." (Schettini/2004, Pág 46).

Faz parte do processo de adoção, a aceitação não só da história pregressa da criança, como também da singularidade que emerge decorrente desta história. E neste sentido, todos os filhos, biológicos ou adotivos precisam ser adotados, pois é na relação de adoção e aceitação afetiva por parte dos pais que um filho se constitui como tal. A afetividade é a marca que faz a diferença entre procriar e criar. Criar é

muito mais do que um momento; criar é um longo processo, que com suas variações quantitativas e qualitativas, dura uma vida inteira.

CAPÍTULO 3

O CUIDAR EM DIFERENTES CULTURAS: NOVAS EXPERIÊNCIAS DE ADOÇÃO

A sociedade contemporânea foi construída em cima de crenças que precisam ser analisadas, se quisermos lutar por mudanças na cultura em geral, e em especial na cultura da adoção. Na cultura atual, as relações entre o homem e a natureza não são de pertencimento e continuidade, mas sim de dominação e oposição. A natureza não é vista como “continente materno”, do qual nos diferenciamos, no sentido da singularidade, mas ao qual nunca deixamos de pertencer. Na cultura atual, a relação do homem com a natureza é de “rompimento”, no sentido do desvinculamento, e de dominação, entendida como progresso humano. Plastino (2007) aponta para o fato de que os pressupostos que embasam a ideologia moderna, ou seja, uma cisão entre natureza e cultura, corpo e psiquismo, homem e mulher, são pressupostos que empobrecem enormemente a compreensão das relações do homem com o mundo. Estamos nos distanciando cada vez mais de valores que, após a segunda guerra mundial, ganharam força e expressão, numa sociedade empenhada na reconstrução e que se viu compromissada com o bem estar social e a dignidade de seus cidadãos. Na sociedade atual, a solidariedade e a preocupação com as necessidades básicas do outro são vistas como um verdadeiro empecilho para o avanço do progresso. O outro é apenas um competidor a mais. O que impera como valor básico desta cultura é o princípio da seleção natural: que vença o mais forte. (Plastino/2007).

Mas para darmos andamento a esta discussão é necessário definir um pouco mais o que entendemos por cuidar. Como nos diz Plastino (2007), o cuidar implica numa atitude: a consideração pelo outro e suas necessidades. Cuidar implica no reconhecimento da alteridade, ou seja, na capacidade de reconhecer o outro como

diferente de si, na tentativa de entender suas necessidades e poder acolhê-las. Cuidar implica na aceitação das diferenças. Acolher no sentido de abrir espaço, dar um lugar, uma “morada” para o outro. Ser acolhido é antes de tudo pertencer a um grupo ou coletivo. Safra (2004) contribui para esta discussão apresentando o conceito de Sobórnost, uma noção fundamental no pensamento russo que tem a ver com associação, comunidade ou “pan-unidade”. Sobórnost assinala que cada ser humano é a singularização da vida de muitos, ou seja, cada ser humano é a singularização da vida de seus ancestrais e é o pressentimento daqueles que virão. Sobórnost assinala que o ser é comunidade. O conceito de Sobórnost fala de condições que antecedem o saber de si, fala das condições do vir a ser, do acolhimento e do pertencimento, fala de um “lugar” de onde podemos emergir como sujeitos. Por isso fala do registro ontológico, das condições necessárias do vir a ser humano. Assim também flui o pensamento de Winnicott, que afirma que é a partir da relação com o outro que o eu vai se estruturando. E é desse coletivo, desse “nós”, que surge o “eu”. Como nos diz Plastino (2007), o outro é um continente do qual vamos nos diferenciando aos poucos.

Sem dúvida não é esta concepção do cuidar que predomina na cultura atual, fruto de uma ideologia onde imperam o individualismo e a competitividade, onde o outro é visto como adversário, ou até mesmo como inimigo. Esta ideologia rompe drasticamente com o sentimento de “irmandade”, onde o que afeta um, também afeta o outro. Este individualismo ilimitado se reflete diretamente no descaso absoluto com as próximas gerações, no descuido com o planeta e até mesmo com a sobrevivência da espécie.

Mas um novo paradigma do cuidar vai muito além da satisfação dessas necessidades básicas. Para entendê-lo é necessário ir além do que o paradigma

moderno considera como conhecimento válido, o conhecimento científico. É necessário validar também outras formas de conhecimento advindas de saberes, não necessariamente científicos, mas nem por isso menos verdadeiros e nem menos presentes na construção do imaginário social. Estamos nos referindo ao saber advindo dos mitos, tal como já discutimos no segundo capítulo, e também das diversas formas de arte, literatura, poesia e da psicanálise. Estes saberes nos permitem estabelecer contato com o real de formas muito variadas. É como nos diz Plastino (2007): não é o sujeito que organiza o real para conhecê-lo, mas é o real que invade o sujeito, que então é capaz de apreendê-lo, criativamente, através de seu corpo, sua afetividade e sua dinâmica inconsciente.

Pretendemos abordar alguns conceitos psicanalíticos, me refiro aqui especialmente a algumas idéias de Winnicott, que vão contribuir muito para a discussão de um novo paradigma do cuidar. Segundo este autor, nascemos com tendências, ou linhas de força, que podem ou não se atualizar, dependendo do ambiente que nos acolhe. A princípio, estamos sempre abertos para o novo. Se o ambiente for favorável, vamos apreender o mundo de forma criativa e espontânea. (o verdadeiro self). Se o ambiente não for favorável, for invasivo, exatamente por não reconhecer nossa singularidade, nosso gesto criativo na busca do real se frustra, e em seu lugar vão aparecer condutas adaptativas que procuram sempre dar as respostas que o ambiente deseja. (o falso self). Mas o que é importante ressaltar aqui é que o verdadeiro self não é uma essência pré-existente, que apenas se atualiza no sujeito. O verdadeiro self se constitui exatamente na relação com o ambiente que o circunda e depende profundamente deste ambiente para se solidificar como sujeito, o que aponta para o valor da historicidade no pensamento de Winnicott.

O cuidado desempenha neste processo um papel fundamental. Cada ser humano quando nasce não possui um sentimento de si. A qualidade do cuidado com que é acolhido vai interferir diretamente na capacidade, tanto de se perceber, como de perceber o outro. Entra em cena aqui a atualização das tendências, ou linhas de força às quais nos referimos acima. Uma delas, diz respeito à motilidade, ou seja, a tendência do ser humano de se mexer, de se movimentar na direção do ambiente, presente desde o início, por exemplo, nas movimentações do feto. Uma outra, a tendência erótica, é aquela que impulsiona o sujeito a buscar a união com o outro. O erotismo desempenha uma função importantíssima na constituição do sujeito e para defini-lo pretendemos nos valer exatamente de um saber não-científico, o saber da mitologia.

Segundo Boff, o mito originário de Eros na tradição ocidental, fala de Eros como uma energia primordial, anterior ao céu e a terra; Eros é a força originária de criação, da qual somos todos portadores; é o princípio de atração de todas as coisas, uma “sinfonia da diversidade dos seres”. Eros não pode ser confundido, nem reduzido à sexualidade, assim como também não é só uma relação que une dois parceiros. Eros é a energia que nos liga a tudo e a todos, sempre. Para Boff, quando falamos de erotismo, falamos do movimento de criação e de expansão da vida.

O erotismo se encontra na base do cuidado. Um bebê, quando reconhecido em sua singularidade, envolvido pelo erotismo, também erotiza sua relação com o outro e com o mundo. Ele acaba desenvolvendo uma atitude de cuidado e de reconhecimento das necessidades do outro (alteridade), tendo a solidariedade também como base possível para a construção de suas relações sociais. Segundo Boff, o erotismo “liga” e transforma cisão em reciprocidade. Eros é ao mesmo tempo uma força de expansão (masculino) e de profundidade, de acolhida (feminino). .

Feminino e masculino não são sinônimos de homem e mulher, uma vez que cada ser humano é portador de masculino e feminino, em intensidades que variam infinitamente, assim como infinitas são as possibilidades de troca deste ser humano com outro e com o mundo.

Quando falamos em sociedade solidária, independente do seu aspecto moral, como um valor, estamos nos referindo, principalmente, ao seu aspecto mais mecânico, como estrutura de funcionamento, como uma “engrenagem”, formada pelos tipos de vínculos que os indivíduos desenvolvem entre si. Numa sociedade solidária, a riqueza e complexidade dos vínculos formam uma rede de relacionamentos, à qual todos estão interligados, à qual todos pertencem.

Com relação a ser esta uma sociedade utópica, me parece fundamental o que nos diz Plastino:

“Este tipo de sociedade parece pertencer, hoje, ao terreno da utopia. Sua inexistência atual, todavia, não resulta de nenhuma determinação natural, mas das condições históricas nas quais as sociedades foram produzidas. Contudo, à luz da gravidade da crise contemporânea, a “utopia” (em sentido negativo, próximo da ingenuidade) parece residir mais na crença irresponsável de que a humanidade poderá sobreviver sem produzir mudanças radicais, do que nos projetos que apontam para a necessidade urgente de tais mudanças. (Plastino / 2007)”.

Seguindo numa linha bem próxima de pensamento, Boff se refere à utopia, não como algo que se contrapõe à realidade, mas como sendo a própria essência da realidade. O ser humano é um ser essencialmente utópico, no sentido de produzir utopias, mas principalmente por ser ele mesmo portador de imensas potencialidades.

“Porque a utopia toma o lado potencial das coisas, aquilo que há de promessa, aquilo que ainda não foi testado e experimentado, e o

projeta em forma de uma imagem, de um símbolo, de um sonho, de um horizonte utópico-projetado para frente”. (Boff/)

A construção de uma sociedade solidária passa pela construção de um novo imaginário social, por grandes e profundas transformações. Uma delas é a mudança na relação do homem com a natureza, no sentido de um cuidado maior, que se dá em inúmeras “frentes” que passam pelo cuidado consigo mesmo, pelo cuidado com o outro, no sentido do reconhecimento da alteridade, pelo fortalecimento dos vínculos do homem com a natureza, pelo aumento do sentimento de pertencimento e de respeito pela própria vida e pela vida dos demais. Um novo imaginário social exige dois importantes deslocamentos: o da posição de domínio do homem frente à natureza, buscando uma relação de continuidade, ou até de aparentamento (Safra/2004) com a mesma e não de ruptura; e o da razão como exclusiva detentora dos processos de conhecimento e apreensão do real. Para a construção desse novo imaginário devem participar as diferentes modalidades de saberes e de formas de apreensão e de construção desse real. E desta construção participam o corpo, o psiquismo inconsciente e a consciência, de forma indissociável, sendo o gerar criativo o marco fundamental do gesto humano.

Na visão utópica de Boff, estamos diante da crise de velhos hábitos, da velha tradição da cultura ocidental, marcada pelas oposições entre razão e emoção, corpo e alma, masculino e feminino, homem e mulher, que não conseguem mais ser inspiradoras de criatividade e não satisfazem mais como categorias para interpretar a realidade. Mas na visão de Boff, temos nisso uma vantagem importante: segundo ele, a palavra crise vem de acrisolar, de liberar o núcleo central de uma experiência e permitir que ela tenha curso... Neste sentido, para Boff, a crise atual aponta para um novo paradigma, o da re-ligação, do latim religare, que quer dizer “ligar com”, e

que nos remete ao restabelecimento da ligação perdida com o mundo que nos cerca ou com o nosso mundo interior. Tem uma importância fundamental aí, a religião com o passado, ou como diz Safra (2004) com a memória, “registro da historicidade constitutiva do ser humano”. A fragmentação desta memória constitutiva traz conseqüências funestas para a maneira como o ser humano acontece no mundo, como por exemplo, a perda de sentido da vida. Na atualidade a re-inserção da memória é cura em diversas situações de sofrimento humano, pois implica no religamento de partes que compunham um todo ao qual cada indivíduo pertence.

Um novo paradigma do cuidar implica em reconhecer que a forma como um bebê é recebido é repleta de questões fundamentais que dizem respeito à sua família, de forma transgeracional, como também à comunidade a qual esta família pertence. A recepção é matizada pelo que cada família traz preservado de suas tradições, pelas questões que a atravessaram ao longo das gerações e pelo momento histórico em que o bebê chega. A situação da origem de uma pessoa está presente no modo como ela é , na maneira como fala e como se comporta, quer tenha consciência ou não dessa situação, Acolher o outro é acolher a sua linguagem, o seu idioma particular. Acolher o outro é estar consciente de que ele é a singularização da história de sua família e de sua comunidade, ou como nos diz Safra (2004), ele é história encarnada.

É a partir deste novo paradigma que pretendemos refletir sobre novas formas possíveis de adoção no Brasil. Gostaríamos de iniciar citando exemplos em outras culturas, que já foram citados por outros autores (Weber (1996) e Camargo (2005), mas que merecem ser repetidos, pela abertura que podem produzir no imaginário social sobre a adoção.

Em outras culturas a temática da adoção tem uma configuração diferente da nossa. É interessante o exemplo da Polinésia Francesa, onde ser adotado significa possuir duas famílias, uma que deu vida à criança, outra que a educou. É um bom exemplo de adoção aberta, onde a coexistência das duas famílias é tranqüila porque não existe ocultação da verdade em relação à origem da criança, e porque os conceitos de paternidade, maternidade e filiação não se condicionam unicamente ao aspecto biológico, já que a adoção é tida como um gesto de amizade, solidariedade e civismo.

Já na África, especialmente em sua porção não muçulmana, sustenta-se a crença de que as crianças advêm do mundo dos ancestrais e, por isso, não pertencem à sua família, mas à sua linhagem. Nessa cultura, o conceito de parentalidade transcende o aspecto biológico, o que permite uma circulação das crianças entre as famílias sem prejuízo à sua formação. O objetivo desta prática é de tornar a criança autônoma, de lhe proporcionar conhecimento sobre a vida do clã e de fazê-la compreender que o grupo familiar não inclui somente o pai e a mãe, mas estende-se a outras pessoas. (Weber1996, pág. 32).

Um novo paradigma do cuidar precisa repensar e ressignificar os papéis sociais estabelecidos culturalmente, e no caso da adoção, principalmente os papéis de pai e mãe, o papel da família, abrindo-se para as transformações que estão se dando nos sujeitos, na cultura e na sociedade. Entra aqui um tema importante que é o da homoparentalidade, que segundo Uziel (2007), é um termo criado por homossexuais franceses nos anos 90, para definir suas famílias compostas por pais e mães homossexuais. A pesquisa de Uziel, realizada parte no Brasil, Rio de Janeiro e parte na França, aponta para importantes questões que ainda precisam ser trabalhadas dentro da cultura da adoção, principalmente pelos profissionais especializados,

incluindo-se aí não só os psicólogos e assistentes sociais, como também os juízes. Sua pesquisa levanta questões fundamentais, que precisam continuar sendo discutidas de forma cada vez mais aprofundada, Como nos diz Uziel (2007): é fato que hoje homossexuais ocupam não apenas o lugar de filhos, mas o de pais, na estrutura familiar, o que não inaugura esta realidade social, mas já lhe dá visibilidade e inclusão na pauta de direitos a serem conquistados. É preciso que o judiciário possa rediscutir profundamente o conceito de família que embasa seus trabalhos no sentido da inclusão das novas formas de organização familiar que vem surgindo nas últimas décadas.

Dentro do campo da adoção, percebemos que a família monoparental já foi incluída; mas o mesmo ainda está muito longe de se dar com a família homossexual, pelo menos aqui no Brasil. É sabido que nos EUA, alguns avanços vem se dando nas últimas décadas e atualmente, na Irlanda, o próprio governo está sugerindo que se abra a possibilidade de casais de gays ou lésbicas adotarem crianças no país. Além disso, o Departamento de Saúde irlandês publicou recentemente um documento que tem como objetivo abrir as discussões sobre "adoção aberta", que expandiria o conceito de adoção hoje existente no país, de adoção somente por casais heterossexuais legalmente casados. A proposta do governo irlandês é a de permitir a qualquer casal que coabite, inclusive aos de mesmo sexo, a adoção de filhos. É importante ressaltar aqui que nosso conceito de "adoção aberta" é bem mais amplo e será aprofundado ao longo deste capítulo.

. A pesquisa de Uziel (2007), acompanhando alguns arquivos de processos de adoção no Rio de Janeiro, evidenciou a crença ainda profundamente arraigada no imaginário dos profissionais da adoção de que a mulher estaria "naturalmente" mais voltada para a maternidade do que o homem. Uziel (2007) observou que no

desenrolar dos processos, quando o pretendente a adoção era um homem solteiro, o debate a respeito da sua orientação sexual se fazia necessário; já o mesmo não ocorria quando a pretendente era uma mulher solteira, o que permitiu uma certa “camuflagem consentida” da homossexualidade feminina. Nos casos em que o homossexual masculino apresentava uma feminilização evidente, a ausência de uma figura feminina na nova família não era posta em questão. Nos outros casos, a presença de uma mulher, seja a mãe ou a irmã do requerente era questionada. Embora a conjunção homem/homossexual não represente impeditivo para a adoção na comarca do Rio de Janeiro, parece não trazer segurança quanto ao seu desempenho nos cuidados básicos necessários à criança. Concordamos com a autora quando afirma que, a diferença simbólica, até o momento restrita a dois gêneros, não precisa estar inscrita na anatomia dos corpos. A função de maternar pode ser exercida por quaisquer pessoas e o afeto, pode se sobrepor à orientação sexual.

Como nos diz Uziel as categorias (como no caso da família nuclear heterossexual) não precisam ser “camisas de força” e podem mudar de acordo com a “demanda”. Na realidade, é isto que já vem acontecendo há um bom tempo. O reconhecimento da parentalidade homossexual, mesmo que dentro dos moldes tradicionais, é uma pequena vitória diante de uma imensa plataforma de reivindicações. Defender o direito de homossexuais à parentalidade enquanto família pode também ser entendido como defender também a estrutura heterossexual tradicional de família. Mas do ponto de vista do interesse imediato de muitas crianças isto já é um avanço, uma vez que muitas mais poderiam assim ser atendidas nas suas necessidades de afeto e cuidado. Vale a pena correr este risco.

Acreditamos que uma boa alternativa para impedir que o preconceito nos paralise diante desta questão é uma pesquisa séria em torno de questões que Uziel (2007) salienta como importantes. Até que ponto a orientação sexual dos pais é uma categoria relevante para a parentalidade e até que ponto esta orientação interfere na relação entre pais e filhos? De que forma a orientação sexual dos pais interfere na carreira afetiva, conjugal, sexual ou profissional dos filhos? Na verdade, muito pouco se sabe a respeito.

Dentro do campo da adoção, mais do que nunca é necessário estarmos abertos pra lidar com as diferenças, identificando-as e reconhecendo sua existência em primeiro lugar, e depois, tentando entendê-las. Fonseca (2004), mais uma vez nos traz um bom exemplo da importância deste entendimento, quando aborda as diferenças que existem entre a cultura dos pais que doam e a cultura dos pais que adotam, no que se refere ao entendimento, do ponto de vista legal, do que seja a adoção.

Modos de vida diferentes têm mundos simbólicos diferentes também, mesmo que de alguma forma interligados. O que é adoção para as classes populares obedece a um contrato legal que lhes é particular. Para começar, o termo adoção, embora seja conhecido, não faz parte do vocabulário diário das populações pesquisadas por Fonseca. Ele é substituído pelo verbo criar: “filho que eu criei”, “mãe que me criou”. E as crianças que circulam como já foi dito anteriormente, criadas por tantas mães e madrinhas, criam laços de parentesco entre famílias, tão intensos quanto os de sangue. É interessante como a “mãe que me criou” tem seu espaço tão garantido quanto o da “mãe que me ganhou” e esses espaços não se confundem. Os laços de sangue também têm seu peso nas classes populares. “O sangue puxa!”, dizem. E parece estar a serviço de um sentimento de

“pertencimento” que faz com que dois irmãos que não se viam há anos, afastados durante a infância por muitas idas e vindas entre tantas famílias, se sintam próximos e íntimos em questões de segundos. Um dos “acordos” que existem dentro da circulação de crianças é exatamente o de que a criança vai, mas pode voltar. O que já não acontece com a adoção legal, que é irrevogável. É muito comum, nas classes populares, os filhos criados por mães substitutas voltarem a conviver com suas mães biológicas, na idade adulta.

E é exatamente com este “espírito de circulação” que muitas mães buscam as instituições para abrigarem seus filhos; é no espírito da “divisão das responsabilidades parentais”, temporariamente. De fato, é intenção delas virem busca-los depois, mesmo que este depois leve muitos anos pra acontecer. É incompreensível para elas então, que seu filho não se encontre mais lá, que ele tenha sido dado em adoção e que não volte mais. Quando elas deixam seus filhos no orfanato, agem segundo uma lógica vigente há muitas gerações: as crianças partem e voltam. É possível que muitas talvez não tenham nem entendido direito a profundidade do que fizeram quando assinaram a perda do poder familiar. Dura realidade!

Fonseca (2004) sugere que a circulação de crianças existe hoje de fato nas camadas populares e que essa experiência histórica precisa ser reconhecida e tratada com a devida relevância, na sua interação com as leis e as políticas de Estado.

. A questão da “adoção à brasileira” (a mãe entrega seu filho diretamente a um casal que o registra como próprio) também precisa ser mais bem entendida. Fonseca (2004) aponta para o fato de apesar deste tipo de adoção ser considerada um crime e punível com prisão, ela ainda é muito mais comum nas camadas

populares do que a adoção legal. E afirma que embora a adoção à brasileira também apague a mãe biológica do registro oficial, a participação desta no ato é muito mais ampla. Neste caso, a mãe biológica desempenha um papel ativo na escolha dos pais adotivos e também pode acompanhar, de longe, o desenrolar da vida do seu filho. Tudo isto lhe confere a dignidade de uma mulher que agiu pelo bem de seu filho e de certo modo, pelo bem dos pais adotivos também.

Na verdade, sob este aspecto a adoção à brasileira traz embutida a questão da adoção aberta.

3.1. Adoção aberta: uma reflexão que se impõe na atualidade

Na opinião de alguns pesquisadores (Mattos/2005 e Gueiros/2007) o tema da adoção aberta (onde as duas famílias, a biológica e a adotiva, mantêm contato) vem ganhando espaço e visibilidade, principalmente no campo da adoção norte americana. Atualmente, centenas de agências consideram que a mãe biológica deveria poder não só encontrar os pais adotivos de seu filho, como também participar de sua escolha e manter contatos eventuais. A FIA (Friends in Adoption Foundation), no sentido de facilitar uma adoção consciente e consentida, trabalha oferecendo apoio a mulheres grávidas que tem a intenção de doar seu neném e as põem em contato com casais que pretendem adotar um nenê e que tem interesse em manter contato com a mãe biológica.

Aqui no Brasil, a realidade ainda é bem diferente. Gueiros (2007) em sua recente pesquisa, realizada também no judiciário, só que na comarca de São Paulo, nos traz uma contribuição valiosíssima para a discussão a respeito da adoção consentida, que nada mais é do que uma adoção à brasileira legalizada e por isso, uma adoção aberta. Na adoção consentida, a mãe busca legalizar a doação de seu filho para o

casal por ela escolhido, e na companhia de quem seu filho, muitas vezes, já vive há algum tempo.

Gueiros (2007) aponta que nas varas onde fez sua pesquisa, o número de adoções consentidas era bastante expressivo, chegando a quase a 50% do total. Na maioria dos casos acompanhados a mãe doadora era uma mulher jovem, solteira, viúva ou separada, sem apoio do pai da criança ou da família extensa, com outros filhos e sem um emprego regular, que lhe desse condições de arcar com a sobrevivência do filho. O perfil do casal adotante também apresentava dados regulares e constantes. Em sua grande maioria, eram casais jovens também, sem filhos e em melhor situação financeira e em muitos casos, pertencentes a uma rede social próxima à da mãe/pais biológicos. Um dado muito importante apontado pela autora é de que, apesar das adoções se realizarem em São Paulo, as famílias biológicas e as adotivas eram compostas, em sua grande maioria por nordestinos. E é considerando todos esses dados que Gueiros constrói seu principal argumento, que nos interessa diretamente.

O número de adoções por consentimento realizadas nas varas pesquisadas reflete as conseqüências do desenraizamento social e pessoal vivido por boa parte da população nordestina que migra para São Paulo. Ao definir enraizamento, Gueiros apresenta uma citação de Weil (1996:411), que transcrevemos a baixo:

“O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral,

intelectual e espiritual por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente.”

O desemprego, ou seja, a falta de um trabalho digno que lhes de um “lugar social” definido, a falta de uma moradia fixa, a precariedade das redes pessoais e sociais são fatores que ajudam a construir um quadro de desenraizamento que termina levando muitas famílias a perceberem na adoção por consentimento uma alternativa viável para seus filhos). A autora afirma que estão presentes no “contrato verbal” estabelecido entre as duas famílias, que a família adotiva se compromete a dar, além das necessidades básicas, muito carinho e proteção e também condições de estudo.

“Os dados evidenciam uma capacidade admirável de separar, ou de desejar separar, o seu destino do destino dos filhos. Essas mães e pais não querem que seus filhos vivam as mesmas agruras sofridas por eles. Querem um destino melhor para suas crianças, mesmo que, para tanto, tenham que se separar delas.” (Gueiros/2007:160).

Neste sentido, a adoção aqui não é uma solução “feliz” para todos e sim a solução mais viável ou acessível no momento, que na verdade mascara um quadro de evidente vulnerabilidade sociais a que estas famílias estão expostas, por não estarem tendo acesso aos programas assistenciais de responsabilidade da esfera pública. Gueiros afirma que o que leva esses pais a optarem pela entrega e não pelo abandono de seus filhos é uma noção bem sedimentada de cuidado e proteção aos seus membros; é isto também que os leva a escolherem pais adotivos dentro da sua precária rede social, no sentido de poderem manter algum tipo de contato, mesmo que através de amigos, vizinhos ou conhecidos.

Como nos diz Gueiros (2007) a rede social tem um papel fundamental no enraizamento desta criança, que nasceu num momento onde o desenraizamento de

seus pais os levou a permitir a sua adoção. A rede social aqui funciona como uma linha de costura que alinhava a criança a seu passado e a ajuda, ao reconstruí-lo, a se sentir pertencente a uma história.

Podemos afirmar que após analisarmos as características da adoção no nosso país, a adoção aberta traz muitos benefícios a seus participantes, além de levantar questões que levam ao aprimoramento dos tipos de adoção em desenvolvimento. Hoje, à medida que crianças adotadas por estrangeiros voltam ao Brasil em busca de suas origens, com larga cobertura da mídia, a política de adoção começa a ser questionada. As grandes cadeias de televisão consagram cada vez mais espaço para os reencontros de crianças adotadas e criadas no estrangeiro com seus pais brasileiros. Segundo Fonseca (2004) os serviços de adoção recebem cada vez mais solicitações de jovens “estrangeiros” querendo conhecer os detalhes de sua biografia. A adoção aberta nos aponta caminhos que ainda precisam ser percorridos no Brasil, no sentido de permitir que o intercâmbio entre as famílias doadoras e as famílias adotivas de fato aconteça, tendo em vista os reais interesses da criança. Mas não basta que a criança se encontre no cerne de uma série de relações, é necessário que essas relações se interliguem formando assim o seu universo social. A busca pelas origens não pode ser entendida apenas como apego aos laços de sangue. Ela significa também a busca em cada indivíduo da sua inserção social.

Analisar o contexto em que as adoções se dão no Brasil, nos põe em contato com questões nada agradáveis. Aquele modelo de adoção como “solução feliz” para todos tem por traz de si uma realidade que aponta para graves desigualdades sociais. A luta por uma nova cultura da adoção passa invariavelmente pela luta por políticas públicas que incluam em sua pauta a consideração das profundas

implicações dessas desigualdades e das diferenças culturais existentes no nosso país.

Fonseca (2004) também aponta para outra questão interessante que é a necessidade, no campo da pesquisa, de ampliarmos nossos estudos para além do campo da adoção, procurando entender melhor outras formas de colocação de crianças em famílias substitutas, tais como a guarda e a tutela ou as práticas “tradicionais” de circulação de crianças. Levando-se em conta a popularidade crescente da adoção, seria urgente inventariar as diferentes formas de colocação, não apenas para que elas sejam respeitadas, mas também para que elas sejam reconhecidas como alternativas passíveis de operar transformações no próprio pensamento hegemônico.

Mas percebemos também, considerando as características sociopolíticas da população brasileira que além de adoções abertas precisamos “abrir” o conceito de adoção, ampliando sua compreensão e seu sentido para além dos parâmetros da família. Adoção no sentido de tomar pra si, de aderir, de aceitar e se responsabilizar, de cuidar verdadeiramente de alguém ou alguma coisa. Se entendermos que adotar é cuidar, neste sentido amplo do novo paradigma, que é o sentido do Sobórnost, então cuidar é criar condições para que o desenvolvimento do ser humano possa se dar, cuidar é respeitar o ethos humano. A palavra ethos é definida por alguns dicionários (Koogan/Houaiss,1998) como a característica comum de um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade. Para nós, esta característica comum envolve aspectos espirituais, morais, assim como os valores, as idéias, as crenças, enfim, toda a cultura do grupo ou da comunidade.

Podemos entender que esta função vem sendo desenvolvida por muitas entidades, institutos e organizações não governamentais como, por exemplo, o

Instituto Religare, que há mais de cinco anos, vem trabalhando com jovens em situação de risco social promovendo o resgate da identidade cultural, tentando facilitar a sua inclusão social através das artes. Através de suas oficinas, no aprimoramento intelectual, os jovens entram em contato com idéias que os levam a pensar e entender melhor o mundo que os cerca. Para os idealizadores e organizadores deste movimento...

“Um cidadão que tem acesso à produção artística do seu tempo consegue enfrentar com mais clareza a complexidade da sua vida e qualifica-se para aprender a reivindicar melhor a sua participação na sociedade.”. (Instituto Religare / 2008).

Para eles, a arte é entendida como uma estratégia evolutiva. Ela é tão indispensável quanto a alimentação, a saúde e a segurança.

Um bom exemplo do resultado deste trabalho é o texto abaixo, de autoria de jovens que participam do movimento e com o qual encerramos este terceiro capítulo.

IDADE PENAL

Sou a favor da redução da mortalidade infantil,
Da corrupção no Brasil. Sei o que é bom e legal,
Por isso sou contra a redução da idade penal.

Sou a favor da redução da evasão escolar,
Da violência sexual no lar,

Do descaso do Estado

Do desuso da razão, da exclusão social (quero um Brasil legal),
por isso sou contra a redução da idade penal.

Sou a favor da redução da impunidade política,

Da miséria crítica,

Do preconceito ao negro,

Do desrespeito ao índio,

Do jovem deseducado – responsabilizado pelo mal (não quero ser marginal)

Por isso sou contra a redução da idade penal.

(de Célio Pires e Jarbas Mariz), trecho da peça teatral Mutatis, do Religare)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final destes três capítulos, gostaríamos de levantar algumas questões, não a título de conclusão, mas sim como questões norteadoras da discussão, que precisam continuar sendo aprofundadas, se queremos construir uma nova cultura da adoção.

Ao nos aprofundarmos no estudo das diferenças culturais existentes entre as duas famílias participantes do processo adotivo, foi inevitável considerar a evolução nas concepções de identidade. No mundo contemporâneo, o sujeito pós-moderno está formado, não só por uma única identidade, mas por várias e muitas vezes contraditórias. As identidades sejam elas de raça, classe, gênero, etnia, nacionalidade, estão fragmentadas e tem suas fronteiras diluídas; nenhuma identidade cultural tem fronteiras fechadas (Piza /2006). A cultura brasileira tem também muitos de seus focos de identidade assimilados de outras culturas, como o futebol, por exemplo, que veio da Inglaterra. A história da humanidade é marcada por interferências culturais, desde os tempos dos impérios chinês, romano ou persa. Não cabe a defesa de uma identidade nacional pura, inviolável e imune a influências externas. A própria origem etimológica da palavra cultura remete ao ato de cultivar o espírito, aprimorar-se, reduzindo a própria ignorância através do conhecimento da diversidade e pluralidade do mundo.

A nova cultura da adoção precisa incluir diferenças. O processo de adoção no Brasil se dá numa sociedade com profundas desigualdades sociais, onde os pais adotivos, em geral, são “menos miseráveis” que os genitores da criança.

Mas a adoção não é solução para o problema do menor abandonado. Aliás, pelo contrário! A adoção na atualidade só existe porque existe o abandono. E é por isso que trabalhar na construção de uma nova cultura da adoção é trabalhar pela

construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A adoção não pode estar a serviço da desigualdade social, e com isso estamos afirmando que a pobreza extrema precisa deixar de ser um dos fatores propulsores do processo. Como aponta Fonseca (2002), estamos diante de um paradoxo! “Como promover o bem-estar da criança sem atropelar os direitos de seus pais? Como promover a justiça social sem perpetuar a violência simbólica embutida na história da nossa legislação que, tradicionalmente, tem estigmatizado pais pobres?”

É por isso que o conceito de adoção precisa incluir sob seu “teto” diferentes modalidades do cuidar, que em muito diferem do padrão instituído pelo modelo de cuidar das famílias das classes dominantes. Pobreza não pode ser entendida como incapacidade para criar filhos. E podemos começar revisando conceitos profundamente enraizados no nosso imaginário social, como por exemplo, o que liga o caráter irrevogável da adoção ao rompimento total com a família biológica. Caminhar no sentido da adoção por consentimento, ou adoção aberta, é caminhar na construção de uma rede de cuidados que, ao privilegiar o “bem estar da criança”, abre espaço também para o “direito dos pais”. Sem dúvida para muitos pais, ter de conviver com a mãe biológica de seu filho adotivo já seria motivo suficiente para desistir do processo. Mas algumas alternativas podem facilitar o caminho, como nos aponta Fonseca (2002): separar a noção de autoridade parental da noção de filiação. A transferência total e irrevogável do poder familiar aos pais adotivos não precisaria anular a relação de filiação, o que enriqueceria a vida de todos envolvidos no processo, contribuindo para uma construção bem mais dinâmica dos nossos valores familiares. Mas esta é uma estrada bem longa a ser percorrida.

A realidade atual continua nos apresentando, quase que diariamente, crianças abandonadas em praças, calçadas e latas de lixo, que como discutimos neste

trabalho, são filhas de mães e famílias também vítimas de um abandono social imenso. É fundamental o trabalho de conscientização da necessidade de uma atenção integral à mulher, que segundo Motta (2005) poderia se dar também a partir da união de esforços entre instituições de ensino e instituições de abrigo, como solução para o atendimento destas mulheres. Precisamos pensar com urgência em soluções para as mulheres que não podem, ou não querem ficar com seus filhos, frutos de gestações conflituosas, (estupro ou incesto), possam entregá-los de forma consciente e participativa, contribuindo assim para a saúde integral de ambos. A comunidade em geral precisa ser conscientizada da necessidade que essas mulheres têm de serem ouvidas em confiança, garantindo sua visibilidade no processo de entrega e na sociedade em geral. Motta (2005) aponta para o fato de que o meio acadêmico precisa se mobilizar neste sentido, com alunos e professores se unindo num esforço de atendimento a esta realidade social. As mães que, por algum motivo, decidiram entregar seu filho, precisam de acompanhamento e apoio especializado. Mas também precisamos de programas de apoio às instituições de amparo às mães que decidem ficar com seus filhos, até que tenham condições de sustentá-los dignamente.

São necessárias, portanto, grandes intervenções que envolvem políticas governamentais e ações comunitárias, assim como intervenções num plano mais individual, que envolvem a subjetividade de cada um dos integrantes que participam do processo de adoção, dando um destaque todo especial para a inclusão da mãe biológica, desde o início do processo de entrega.

A atual cultura da adoção está em efervescência, principalmente no campo legislativo. Muitos legisladores vêm alterando sua escuta, no sentido de servir mais a diversos grupos, na tentativa de forjar políticas orientadas, não por uma ideologia

abstrata de classe, e sim, pela realidade que os circunda. Este é o caso do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) que vem auxiliando na elaboração do novo Estatuto da Família, que tem por objetivo reunir os direitos das novas configurações familiares baseadas principalmente na afetividade.

Com o novo dispositivo, casais homoafetivos passam a poder adotar, assim como duas pessoas que tenham uma relação puramente de amizade. Segundo o IBDFAM hoje não existe mais uma família. Existem várias: as homoafetivas, as sócio-afetivas e as parentais. É um projeto considerado ousado, mas que traduz o pensamento não só da comunidade jurídica, mas principalmente, da realidade brasileira atual. Outro ponto importante do projeto é o que trata da maternidade e da paternidade sócio-afetiva: a paternidade será função efetivamente exercida, tanto quanto a maternidade. De acordo com o projeto, serão considerados pai e mãe aqueles que criam os filhos e não apenas quem os gera.

Outro tema bem atual e bastante polêmico, também encampado pelo IBDFAM, é o anteprojeto que discute a possibilidade do parto anônimo no Brasil. Segundo o projeto, o parto anônimo pode se dar de duas formas: ou após o nascimento, quando a mãe deixa o filho em portinholas, localizadas nos hospitais, destinadas a esse fim, ou antes, do nascimento, quando a mãe comparece aos hospitais declarando que não deseja a criança, querendo, contudo, realizar o pré-natal e o parto no hospital, sem ser identificada. Na França, a possibilidade da mãe ter seu filho em um hospital e não ser identificada não é recente. O parto anônimo na França, conhecido como “accouchement sous X”, faz parte de uma rede de atendimento à saúde da mulher, onde hospitais, instituições de assistência social e o legislativo trabalham em conjunto, dando assistência a essas mulheres, assim como a seus filhos, encaminhando muitas dessas crianças a lares substitutos. O parto

anônimo já foi adotado, tanto na Europa (ex: Alemanha), como no Japão e em muitos estados dos EUA e em cada um destes países enfrenta fortes movimentos de oposição.

No Brasil, este anteprojeto não está com o texto acabado. Na verdade, segundo o IBDFAM, trata-se de uma primeira versão, uma redação inicial que pretende suscitar o debate e, a partir dele, incorporar os elementos oriundos das discussões da comunidade jurídica em geral. Sem dúvida é um projeto bastante polêmico, cuja discussão apenas se inicia, mas que traz consigo possibilidades de avanço na construção de uma nova cultura da adoção, como por exemplo, quando afirma (art.4º - IBDFAM/2007/2008) que toda mulher que demandar sigilo de sua identidade, será informada das conseqüências jurídicas desse pedido e da importância para as pessoas em conhecerem sua origem genética e sua história. Assim como também toda mulher que demandar ao Hospital o parto anônimo será submetida a acompanhamento psicológico, o que pode ser o início da formação de toda uma rede de cuidados necessários para o tratamento adequado da questão.

O projeto também aponta para um maior envolvimento, tanto dos profissionais de saúde, como dos hospitais, (art.7º e 10º IBDFAM/2007/2008) uma vez que as formalidades e o encaminhamento à adoção serão de responsabilidade dos médicos e enfermeiros que acolheram a criança abandonada, bem como, do diretor do hospital. Os hospitais particulares e públicos deverão criar condições adequadas para o recebimento e aceitação de parturientes anônimas.

Por outro lado, nos artigos 5º e 8º, fica claro que a identidade da mãe só será revelada pelo hospital, quando ele a possuir, somente por ordem judicial ou em caso de doença genética do filho. De fato não sabemos ainda quais serão as conseqüências reais dos adotados brasileiros terem acesso a seus registros ou de,

eventualmente, terem contato com sua mãe ou pais biológicos. Este seria sem dúvida mais um campo fascinante de pesquisas. Mas parece-nos indiscutível o direito dessas crianças terem acesso à sua história e a poder resgatá-la se e quando quiserem. Cresce cada vez mais o número de filhos adotivos no Brasil em busca de suas origens e de seus pais biológicos. É o que nos aponta o 2º Fórum de Filhos Adotivos do Brasil, organizado pela associação que leva o mesmo nome, e que será realizado em abril de 2008, em Porto Alegre, recebendo participantes de todo o país entre filhos e pais adotivos, assim como vários profissionais do campo da adoção e de áreas afins. Esta associação também assessora juridicamente os assim chamados “filhos de criação”, ou seja, aqueles filhos que não foram adotados legalmente pela família, e que ficam totalmente desamparados quando da morte de seus pais. Através do site desta mesma associação, milhares de filhos adotivos no Brasil se comunicam, contam suas histórias, auxiliam na busca, uns dos outros, de suas famílias biológicas. Sem dúvida estes aspectos precisam ser reconhecidos e considerados por todos aqueles que se interessam ou trabalham com adoção no Brasil. E a partir daí, inúmeras novas linhas de pesquisa podem surgir, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento acerca do assunto, que se reverta tanto em mudanças na legislação, como em novas políticas públicas, assim como também em movimentos de apoio a adoção por todo país.

Esperamos sinceramente que os temas abordados neste trabalho, reproduzam em muitos o mesmo clima de “descortinamento” produzido em nós, e que mesmo que os fatos apontados neste estudo nos revelem uma realidade dura e muitas vezes perversa da sociedade brasileira, não desistam nunca de caminhar no sentido da busca das múltiplas “verdades” que compõem a nova cultura da adoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Fabíola S. **Parto Anônimo**. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos>> . Postado em 21/11/2007. Acesso em: fev.2008

ANDRADE FISCHER, J.R. **Projeto Filhos Adotivos no Brasil**. Disponível em <<http://www.filhosadotivosdobrasil.com.br>>. Acesso em: jan.2008

BOFF, Leonardo. **Uma erótica nova: utopia?** In: Albornoz, Celina e Kuhner, Maria Helena. (Orgs.) **Homem/Mulher – uma relação em mudança**. Rio de Janeiro: CCBB, p. 77-93, 1994.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção Tardia – mitos, medos e expectativas**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

_____. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 Nov. 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Editora Graal Ltda, 1979.

ELIAS, Roberto J. **Comentários ao ECA – Lei nº. 8069 – 13/07/90**. São Paulo: Saraiva, 1994.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

FREIRE, Fernando. (org.). **Abandono e Adoção II**. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.

_____. **Abandono e Adoção III**. Curitiba: Terre des Hommes, 2001.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Adoção Consentida: do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta**. São Paulo: Cortez, 2007.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2002

LEVINZON, G.K. (2004) **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEVI-STRAUSS, C. **Las estructuras elementales del parentesco**. Bs. As.:Paidós, 1981.

MAIA, Marisa Schargel. **Extremos da Alma – Dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os caminhos do coração. Pais e filhos adotivos**. São Paulo: Saraiva, 1995.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção.** São Paulo: Cortez, 2001.

PIRES, C. § MARIZ, J. **Idade Penal.** Trecho da peça teatral **Mutatis** do Religare. Postado por Opinião e Atitude. Disponível em <<http://www.religare.org.br>>. Acesso em: fev. 2008.

PLASTINO, Carlos Alberto. **A dimensão constitutiva do cuidar.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, no prelo.

ROCHA – COUTINHO, Maria Lúcia. **Transmissão Geracional e família na contemporaneidade.** In: BARROS, Myriam Lins. (org.) **Família e Gerações.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p 91-106.

SAFRA, Gilberto. **A Po-Ética na Clínica Contemporânea.** São Paulo: Editora Idéias e Letras, 2004.

SCHETTINI Filho, L. **Compreendendo os pais adotivos.** Recife: Bagaço, 1995

_____ **Compreendendo o filho adotivo.** Recife: Bagaço, 1998

SCHETTINI, S. S. M. **O filho adotivo: dificuldades no processo educativo. Uma abordagem psicanalítica.** Monografia não publicada. UNICAP, Recife, 2003.

SCETTINI Filho, L. e SCHETTINI, S. S. M. (orgs.). **Adoção – os vários lados dessa história.** Recife: Bagaço, 2006.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e Adoção.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

_____ **Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação.** In: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). **Família e Sexualidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p 87-118.

VARGAS, Eliane Portes. **Casais Inférteis: usos e valores do desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado não publicada. IMS/UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

VARGAS, M. M. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2001.

WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças.** Porto Alegre: Artes Médicas 1953/1997

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In Silva, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.